

Sumário

Número de notícias: 38 | Número de veículos: 26

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Taxa das "blusinhas" reduz compra internacional em 40% 4

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Os aposentados do INSS (Artigo) 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Pente-fino economizará só a metade do previsto 8

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Desengessar o orçamento por um Brasil mais eficiente (Artigo) 9

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
SEGURIDADE SOCIAL

Scott Bessent defende a reorganização da economia global 10

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - EXTRA
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça libera R\$ 2,6 bi de atrasados do INSS 12

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentados podem excluir desconto indevido de associação pelo Meu INSS 13

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo bloqueia renda de 300 mil beneficiários do BPC; veja como funciona o pente-fino
..... 14

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

É cruel cortar o BPC sem fortalecer a inclusão no trabalho 16

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Primeira parcela do 13º salário deve cair essa semana; veja regras 18

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Até R\$ 3.800 em abono de fim do ano a servidores 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estados e municípios podem ter nova receita com apostas 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Revisão do 6x1 é inevitável, mais cedo ou mais tarde - PEDRO CAFARDO 22

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad diz que pacote está fechado após reunião 24

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senador tenta incluir na Reforma Tributária a taxaço sobre fortunas que a Câmara barrou	25
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Corte de gastos: governo deve apresentar pacote a líderes governistas hoje. O que falta para o anúncio?	26
VALOR ONLINE - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Estados e municípios podem ter receita bilionária com apostas on-line	27
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária: ameaça à indústria brasileira (Artigo)	29
O ESTADO DE S. PAULO - COP-29 TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
De criptomoedas a jatinhos, dúvida é sobre quem vai pagar a conta	30
O ESTADO DE S. PAULO - COP-29 TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
No Reino Unido, cresce o apoio a novas taxaço	32
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Juros europeus podem cair mais com volta de Trump	33
A GAZETA - MT - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Inteligência artificial e tributos (Artigo)	35
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA	
Autoridades reagem a Carrefour	36
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Lira e Pacheco ainda verão as medidas	38
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO ECONOMIA	
Fundos Soberanos e o Brasil (Artigo)	40
O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL ECONOMIA	
Republicano promete tarifas de 25% sobre México e Canadá	42
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
"Ninguém vê o governo comprometido com o fiscal"	43
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Governo corta repasses de fomento ao setor cultural	45
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Após reunião com Lula, Haddad diz que corte de gastos está "pacificado"	46
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	

Importações de bens e serviços puxam déficit externo no ano.....	47
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL ECONOMIA	
Controle de despesas tem de ser mais radical, defendem economistas.....	49
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Tesouro Direto tem resgate histórico de R\$ 6,2bi.....	51
ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS ECONOMIA	
Mercado vê dólar em R\$ 5,70 no fim de ano - GPS DA ECONOMIA.....	53
CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - ECONOMIA ECONOMIA	
Contas externas têm saldo negativo de US\$ 5,8 bi em outubro.....	55
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - CONJUNTURA ECONOMIA	
Brasil tem saldo negativo de US\$ 56,2 bi em 10 meses.....	56
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - CONJUNTURA ECONOMIA	
Mercado eleva a projeção da Selic para 12,25% no fim de 2025.....	58
DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - NEGÓCIOS ECONOMIA	
Inflação menor.....	59
GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA ECONOMIA	
Mercado reduz para 4,63% expectativa de inflação.....	60

Taxa das "blusinhas" reduz compra internacional em 40%

Raphael Di Cunto De Brasília

Defendido pelo varejo nacional, o fim da isenção de imposto de importação para compras internacionais de até US\$ 50 provocou uma queda de 40% nas importações de produtos nessa faixa de valor no primeiro mês de vigência da taxa, e as manteve em patamar cerca de 30% mais baixo do que no auge dessas remessas, mostram dados da **Receita Federal**.

Em três meses, o governo federal arrecadou R\$ 533 milhões com a "taxação das blusinhas", como ficou popularmente conhecido o tributo. Nos três meses anteriores, a cobrança sobre produtos com valor menor do que US\$ 50 somou R\$ 25,4 milhões com o imposto de importação, de acordo com estimativas da Receita obtidas por meio da lei de acesso à informação. Se mantido esse patamar, a arrecadação deve superar R\$ 2 bilhões por ano.

A taxa provocou uma esperada queda nas compras em sites especializados nas vendas de produtos asiáticos, como Alibaba, Temu e Shein, mesmo com o aumento no número de empresas cadastradas no Programa Remessa Conforme (PRC) - hoje, há mais de 30 autorizadas a operar no Brasil, o que inclui também Mercado Livre, Amazon e Magazine Luiza.

Em julho, antes da taxa, houve um pico de 18,4 milhões de remessas registradas de até US\$ 50, com valor total declarado de R\$ 1,5 bilhão. Em agosto, quando passou a ser cobrado 20% de imposto de importações sobre os itens com este valor (incluindo frete e seguro), as compras despencaram para 10,9 milhões, queda de 40% (com valor aduaneiro de R\$ 822 milhões).

O número ficou praticamente estável em setembro, com 11 milhões de produtos registrados, mas voltou a subir em outubro, segundo dados obtidos pelo Valor por meio da lei de acesso à informação.

No mês passado, foram 12 milhões de itens comprados, alta de 9,6% em relação a agosto, mas ainda bem aquém da "febre das blusinhas".

De abril a junho, os brasileiros compraram 51,3 milhões de produtos no e-commerce internacional.

De agosto a outubro, foram 34 milhões, redução de 33,6%.

A **Receita Federal** atrasou a divulgação dos dados do balanço. O relatório foi finalizado em 11 de outubro, mas só foi publicado no site ontem, já no fim de novembro, com os dados referentes às transações de agosto/setembro. O Valor obteve os números de outubro por meio de respostas da Receita a requerimentos de informação.

A "taxação das blusinhas" foi aprovada pelo Congresso em junho por mobilização de empresários do varejo nacional. Câmara e governo negociaram alíquota de 20% de imposto de importação, inferior à demanda dos varejistas, mas viável politicamente diante da pressão dos eleitores, o que chegou a derrubar a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2023 e o fez recuar da primeira tentativa de taxa. Para os itens acima de US\$ 50, a cobrança já existia e é de 60% de imposto de importação. Além disso, incide o ICMS estadual.

Relator do projeto de lei que instituiu a taxa, o deputado Atila Lira (PP-PI) afirmou ao Valor que ainda é preciso conhecer os dados do setor varejista no Brasil para entender o impacto.

"Mas, a princípio, a redução das importações deve ter sido revertida em compras internas, que era o principal objetivo, tornar uma concorrência mais justa", disse.

Apesar da alta de receita para o governo federal, houve queda na arrecadação dos Estados com ICMS, devido ao menor número de remessas que chegaram ao Brasil. Estimativas do setor indicam que a redução pode ter chegado a cerca de 30%, dado que será utilizado pelo e-commerce internacional para evitar um aumento da alíquota estadual.

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) se reunirá na próxima semana e é pressionado pelas empresas de varejo instaladas no Brasil a aumentar a alíquota do ICMS de 17% para 25%, às vésperas do período de compras do Natal. A alta de oito pontos percentuais, se confirmada, tende a ser ainda maior nos preços porque o ICMS é cobrado "por dentro e por fora", o que eleva o impacto sobre o valor final para o consumidor.

O Instituto de Desenvolvimento do Varejo (IDV), que liderou o movimento pelo fim da isenção para as remessas internacionais (cross-border), disse em nota ao Valor que a queda nas importações "colaborou, em parte, para a recuperação das vendas internas" e que o crescimento do varejo no Brasil foi de apenas 4,5% em agosto e setembro, comparado com igual período de 2023, segundo dados do IAV (Índice Antecedente de Vendas) da instituição.

"Já é um alento, porém ainda insuficiente para recuperar as perdas anteriores que, na época, em 2023, mostraram queda média de 3,1%. Logo, temos que continuar os trabalhos da busca de isonomia tributária, ajustando tanto o ICMS quanto o Imposto de Importação", disse o IDV.

20% é o imposto sobre remessas até US\$ 50

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188051>

Os aposentados do INSS (Artigo)

RAFAEL MOIA FILHO

Ao ler um recente relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), percebemos uma significativa disparidade nos gastos previdenciários da União, especialmente no que se refere às aposentadorias militares. O relatório demonstra de forma inequívoca que os salários dos militares reformados impactam as finanças públicas de forma muito mais acentuada em comparação com os aposentados do **INSS**, apesar de representarem apenas 11,6% do déficit previdenciário total.

Em 2023, o déficit previdenciário da União alcançou a impressionante cifra de R\$ 428 bilhões. Deste montante, R\$ 49,7 bilhões foram destinados aos salários dos militares reformados, o que representa a segunda maior despesa, atrás apenas dos **servidores públicos**, que custaram R\$ 54,8 bilhões ao erário, correspondendo a 12,8% do déficit total.

No entanto, o maior peso financeiro continua a ser atribuído aos aposentados do **INSS**, cujos custos somaram R\$ 315,7 bilhões, ou 73,7% do total.

A disparidade nos custos per capita entre militares reformados e aposentados do **INSS** é impressionante. Cada militar aposentado custa, em média, R\$ 158,8 mil por ano, enquanto o gasto com cada servidor público é de R\$ 69 mil.

Já os aposentados do **INSS** geram um impacto muito menor, com um custo médio de apenas R\$ 9.400 por ano. Em resposta ao relatório, as Forças Armadas questionaram a metodologia utilizada pelo TCU.

A crescente disparidade entre os diferentes grupos de aposentados é uma questão que, com certeza, continuará a ser discutida no âmbito do governo federal e das Forças Armadas.

Essa disparidade apenas comprova de forma cabal que a Reforma da Previdência aprovada por Paulo Guedes, então ministro da Fazenda e Bolsonaro foi um engodo, um passa moleque na sociedade brasileira.

Ela serviu para tolher ainda mais os direitos dos aposentados e pensionistas do **INSS**.

RAFAEL MOIA FILHO, escritor, Acadêmico da ABLEtras e analista Político graduado em Gestão Pública

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18322>

Pente-fino economizará só a metade do previsto

I DANIEL WETERMAN

O governo reduziu a estimativa de economia com o pente-fino em benefícios da **Previdência Social** em 2024 na mesma semana em que pretende anunciar um pacote de corte de gastos estrutural para os próximos anos.

No início deste ano, a administração federal esperava economizar R\$ 10 bilhões com a revisão de benefícios previdenciários, incluindo a adoção do Atestmed, programa que substitui a perícia médica presencial pela análise eletrônica de documentos para pagamentos de curta duração, de até 180 dias. Agora, a previsão de economia com o pente-fino é de R\$ 5,5 bilhões em 2024.

A atualização foi feita ontem durante entrevista coletiva sobre o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias.

O documento indicou a necessidade de um novo bloqueio de R\$ 6 bilhões no Orçamento deste ano, aumentando o congelamento total de despesas para 19,3 bilhões.

Só no Atestmed, a economia diminuiu de R\$ 5,6 bilhões para R\$ 3,1 bilhões no ano. O governo não detalhou o que aconteceu para a projeção de ajuste diminuir. O mesmo relatório bimestral indicou um aumento de R\$ 7,7 bilhões na previsão de gastos com a **Previdência Social** em 2024, o que puxou a necessidade de corte em outras despesas.

CULTURA. Além da **Previdência Social**, o governo decidiu incluir a Lei Aldir Blanc, que envolve incentivo à cultura nos Estados e municípios, na agenda de revisão de gastos. Havia uma projeção de que R\$ 3 bilhões fossem repassados neste ano, mas R\$ 1,3 bilhão foi cortado com a assinatura de uma medida provisória na última sexta-feira.

Despesas Previsão de economia com medidas para coibir fraudes em benefícios do **INSS** saiu de R\$ 10 bi para R\$ 5,5 bi

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Desengessar o orçamento por um Brasil mais eficiente (Artigo)

CARLOS RODOLFO SCHNEIDER

CARLOS RODOLFO SCHNEIDER - Empresário

Parte preponderante da equipe do atual governo federal vem defendendo a ideia de que a responsabilidade social deve prevalecer sobre a responsabilidade fiscal. Mas a questão é escolher uma solução talvez um pouco mais lenta, mas consistente e duradoura.

O caminho escolhido, de forte aumento de gastos, traz desafios relevantes para o crescimento sustentado da nossa economia. A começar pela necessidade de aumento da arrecadação para cobrir o incremento de despesas, o que, aliás, passou a ser a principal atribuição do atual ministro da Fazenda, transformando-o na prática em um secretário da **Receita Federal** com status de ministro. Com isso estamos extraindo mais recursos da sociedade para cobrir gastos públicos, que notoriamente são menos eficientes. Como a taxa de poupança no Brasil já é relativamente baixa, e em transferindo recursos de quem aplica melhor para quem aplica menos bem, estamos automaticamente comprometendo ainda mais a já insuficiente produtividade da economia, reconhecidamente uma das causas do baixo crescimento do país.

Nos últimos meses as agências de avaliação de risco melhoraram o rating do Brasil de estável para positivo em função de alguma melhora no crescimento da nossa economia. Crescimento esse decorrente, de um lado, das reformas que conseguimos aprovar nos últimos anos, incluindo a tributária (sobre consumo) que ainda tramita no Congresso Nacional, mas, de outro, de estímulos não sustentáveis ao consumo, que reforçam a preocupação fiscal. Teríamos que subir mais um nível em uma das agências, e dois nas demais para alcançarmos o grau de investimento de qualidade média e mais cinco para chegarmos ao primeiro patamar de qualidade alta. E o principal aspecto apontado para não termos evoluído para o importante grau de investimento é justamente a questão fiscal, os fundamentos frágeis de um equilíbrio das contas públicas. A agência Moody's, por exemplo, atribui a manutenção da nota grau especulativo à "fraqueza fiscal dada a rigidez do gasto, alta dívida e sua baixa sustentabilidade", o que mantém o país vulnerável a choques econômicos e financeiros.

A rigidez do gasto se deve basicamente a dois fatores: 1º - vinculação dos gastos de saúde e educação às receitas e, 2º - o reajuste do piso previdenciário, e benefícios sociais pelo salário mínimo. O primeiro fator na realidade cria uma armadilha: quanto mais se arrecada, para equilibrar as contas, mais o governo é obrigado a gastar. Turbinada pelo arcabouço fiscal, aprovado no último ano, que permite aumentar gastos acima da **inflação**, gerando um círculo vicioso e uma pressão constante por mais **impostos**, e menos espaço para investimentos. Lembrando que durante a vigência do Teto de Gastos (nos governos **Temer** e **Bolsonaro**) não era permitido aumento real das despesas, e portanto qualquer aumento de arrecadação melhorava as finanças públicas. E o segundo fator, que indexa aposentadorias, abono salarial, seguro desemprego, Benefício de Prestação Continuada ao salário mínimo, que neste governo voltou a ter correção real, equivalente ao crescimento do **PIB** de dois anos antes. Marcos Mendes, pesquisador do Insper, estima que essas vinculações levem a despesas adicionais de R\$ 80 bilhões nesse ano, valor que poderia ser economizado se os reajustes fossem apenas pela **inflação** passada. São causa relevante do desequilíbrio crônico das contas públicas.

Mesmo que as necessidades de recursos diminuam, por redução da taxa de crescimento da população, por aumento do ensino a distância e outros motivos mais, os prefeitos, por exemplo, são obrigados a inventar gastos e são desestimulados a aumentar a eficiência desses gastos, para evitar o risco de cometerem crime de responsabilidade fiscal por gastar menos do que os limites mínimos constitucionais. Por isso também, dispendemos em educação 50% mais do que a China, em proporção ao **PIB**, e mais do que a média dos países desenvolvidos, com resultados que certamente não nos orgulham.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Scott Bessent defende a reorganização da economia global

Peter Rudegeair e Gregory Zuckerman Dow Jones

Scott Bessent passou os últimos 40 anos estudando história econômica.

Agora, o escolhido de Donald Trump para comandar o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos tem a chance de deixar a própria marca nessa história.

Como gestor de fundos hedge, primeiro na firma de George Soros e depois na sua própria, Bessent especializou-se em investimentos fundamentados pela macroeconomia, o que significa analisar situações geopolíticas e dados econômicos para fazer apostas no grande quadro das variações do mercado. Ele gerou bilhões em lucros apostando a favor e contra moedas, taxas de juros, ações e outros tipos de ativos pelo mundo.

Bessent, de 62 anos, se sentiu motivado a sair de trás de sua mesa e envolver-se na campanha de Trump, em parte, por achar que o tempo está se esgotando para que a economia dos EUA consiga superar os déficits orçamentários e o endividamento excessivo por meio de um maior crescimento.

Por volta das 16h30 locais de sexta-feira, Trump ligou para Bessent em seu hotel em Palm Beach, para informá-lo que ele era o seu escolhido. Bessent foi até o resort Mar-a-Lago Club para se juntar a Trump, ao vice-presidente eleito J.D. Vance e à futura chefe de Gabinete, Susie Wiles, onde trocaram apertos de mãos e discutiram estratégias de política econômica.

Em sua primeira entrevista após o anúncio, Bessent disse que sua prioridade será cumprir as diversas promessas de cortes de **impostos** feitas por Trump. Isso inclui tornar permanentes os cortes do primeiro mandato e eliminar **impostos** sobre gorjetas, benefícios da **Previdência Social** e horas extras.

Também disse que a adoção de tarifas e a redução de gastos estarão no foco, da mesma forma que "manter o status do dólar como moeda de reserva mundial".

Bessent tornou-se um dos conselheiros mais próximos de Trump, ao dar mais profundidade às propostas econômicas do presidente eleito e ao defender seus planos de políticas comerciais mais agressivas. Ele argumenta que os planos de Trump de estender cortes

de **impostos** e desregulamentar partes da economia dos EUA criariam um "lollapalooza econômico" [em inglês, o termo "lollapalooza" é usado para descrever eventos espetaculares].

Trump escolheu Bessent entre vários candidatos que disputavam o cargo, em parte porque confiava mais em sua capacidade para executar as políticas do governo do que na dos outros concorrentes. A decisão ocorreu após Elon Musk, que fazia campanha por Howard Lutnick, executivo-chefe da firma financeira Cantor Fitzgerald, ter criticado Bessent como uma escolha "tradicional". Depois, Trump nomeou Lutnick para liderar o Departamento de Comércio.

Muitos em Wall Street, incluindo gestores de fundos hedge como Daniel Loeb e Bill Ackman, aplaudiram a escolha de Bessent. O investidor Kyle Bass disse na plataforma de rede social X que Bessent era "a melhor escolha possível".

Quem trabalhou com Bessent o descreve como reservado e professoral.

Ele já lecionou história econômica na Universidade Yale, sua alma mater, e, como investidor, frequentemente usava analogias financeiras esquecidas para fundamentar suas visões sobre os eventos atuais.

"Vamos precisar de algum tipo de reordenamento econômico global", disse Bessent em evento em junho. "Eu gostaria de fazer parte disso. Estudei isso." Ele ingressou na Soros Fund Management em 1991, na qual suas análises sobre a fragilidade do mercado imobiliário do Reino Unido serviram de catalisador para a aposta muito bem-sucedida da firma contra a libra esterlina.

De 2011 a 2015, Bessent atuou como diretor de investimentos de Soros, gerando mais de US\$ 1 bilhão em lucros com apostas bem-sucedidas no Japão, incluindo uma contra o iene japonês. Ele deixou a empresa para fundar a própria firma de fundos hedge, a Key Square Capital Management, que ainda administra.

O fundo hedge da Key Square teve anos de desempenho sem grandes distinções até registrar um ganho de cerca de 31% em seu principal fundo em

2022.

Em 2023 e neste ano até agora, o fundo acumula ganhos de mais de 10%, segundo um investidor.

Novembro foi o melhor mês para o fundo, em parte graças à aposta de que uma vitória de Trump impulsionaria o mercado. Em comparação, o S P 500 subiu cerca de 25% em 2024, embora os fundos hedge macro não tenham nem se aproximado disso.

Desde 2020, Bessent e seu marido John Freeman, ex-promotor de Nova York, tem sua moradia principal em Charleston, Carolina do Sul, perto da cidade natal de Bessent. Eles têm dois filhos.

Três flechas. Caso seu nome seja confirmado como secretário do Tesouro, Bessent administrará a venda de trilhões de dólares em títulos de dívida do governo dos EUA - que ele costumava comprar e vender como investidor.

Entre as suas responsabilidades estará prestar assessoria em política fiscal, cuidar da arrecadação de **impostos** e aplicar punições financeiras.

Há tempos, Bessent se preocupa com o alto endividamento dos EUA e acredita que impulsionar o crescimento da economia é a principal forma de reduzi-lo, pois isso aumentaria a arrecadação.

Ele tem aconselhado Trump a adotar uma política que chama de "3-3-3", inspirada no ex-premiê japonês Shinzo Abe, que revitalizou a economia japonesa na década de 2010 com sua política econômica das "três flechas". No caso de Bessent, suas "três flechas" são reduzir o déficit fiscal para 3% do produto interno bruto (**PIB**) até 2028, estimular um crescimento do **PIB** de 3% por meio da desregulamentação e produzir um volume adicional de 3 milhões de barris de petróleo equivalente (BPE, que corresponde à quantidade de energia liberada quando um barril de petróleo é queimado).

Para controlar os gastos do governo, Bessent defendeu a extensão da Lei de Empregos e Cortes de **Impostos** de 2017, mas com medidas adicionais de custeio conhecidas como "pay-fors" para reduzir seu impacto financeiro. Isso envolveria ou reduzir gastos ou aumentar receitas em outras áreas para compensar o custo da extensão.

Ele também propôs congelar os gastos discricionários não militares e reformar os subsídios para veículos elétricos e outras partes da Lei de Redução da **Inflação**.

No início do ano, Bessent via as tarifas como uma

ferramenta de negociação. Disse a investidores em uma carta que a "arma das tarifas estará sempre carregada e na mesa, mas raramente será disparada".

Desde então, ele passou a defendê-las com mais ênfase, especialmente como uma fonte de arrecadação tributária.

Em discurso outubro, intitulado "Tornar o Sistema Econômico Internacional Grande de Novo", Bessent defendeu o aumento das tarifas por motivos de segurança nacional e como forma de induzir outros países a reduzir barreiras comerciais com os EUA. Ele criticou a política comercial com a China por enriquecer Wall Street, enfraquecer a industrial local e não resultar em reformas econômicas na China.

Para Bessent, as tarifas deveriam ser como o programa de punições financeiras do Departamento do Tesouro, uma ferramenta para promover os interesses dos EUA no exterior. Também se mostrou aberto a eliminar as tarifas de países que realizem reformas estruturais e expressou apoio a um bloco de "comércio justo" com aliados que tenham interesses de segurança comuns e abordagens recíprocas para tarifas.

"O presidente Trump está certo ao dizer que o comércio verdadeiramente livre é desejável", disse Bessent, segundo o texto de um discurso que fez na época. "Isso pode parecer contraintuitivo do ponto de vista de um mercado livre, mas ele também está certo ao dizer que, para realmente criar um sistema de comércio mais livre e amplo no longo prazo, precisamos de uma abordagem mais agressiva internacionalmente."

"Armadas tarifasestará sempre carregada enamesa"
Scott Bessent

(Tradução de Sabino Ahumada)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188051?page=4§ion=1>

Justiça libera R\$ 2,6 bi de atrasados do INSS

O Conselho da Justiça Federal liberou mais de R\$ 2,6 bilhões para cerca de 164 mil aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que ganharam ações contra o órgão no mês passado.

O montante vai para as contas por meio das Requisições de Pequeno Valor (RPVs), indenizações de até 60 salários mínimos (R\$ 84.720) a serem pagas pelo governo federal. No total, foram liberados R\$ 3 bilhões, incluindo ações previdenciárias e assistenciais movidas contra a União.

Os segurados do **INSS** que

DEPÓSITOS

Dinheiro também será creditado para vencedores de ações contra a Caixa e BB pediram revisões de aposentadorias, auxílios-doença, pensões e outros benefícios representam a grande maioria (84,4%) do grupo que vai receber indenizações. Para esses processos, não há mais chance de recurso.

Os recursos são depositados em contas abertas pelos Tribunais Regionais Federais (TRFs) de acordo com o cronograma de cada órgão. No caso do Rio de Janeiro, é o TRF da 2ª Região, que

abrange o Espírito Santo. Dos R\$ 271,889 milhões que serão pagos nos dois estados, R\$ 214,6 milhões referem-se a 9.064 processos previdenciários e assistenciais que envolvem 12.818 pessoas. As indenizações serão creditadas em contas no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal, em nome dos ganhadores das ações.

Para facilitar a pesquisa na página dos Tribunal Re-

gional Federal, o segurado do **INSS** deve ter em mãos os números do CPF, do registro da RPV, do processo de origem, da requisição e/ou da OAB do advogado. Há casos em que não é necessário preencher todos os campos.

DOCUMENTOS PARA CONSULTA

No caso dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, os beneficiários do **INSS** devem acessar o site do TRF-2, informar o número

do CPF e, para concluir a consulta, preencher somente um dos seguintes campos: "número de

registro de precatório ou RPV", "número do processo de origem" ou "número da requisição (9 ou 11 dígitos)".

Os herdeiros de beneficiários que morreram antes da conclusão dos processos têm direito a receber o pagamento dos atrasados, desde que comprovem legalmente o vínculo.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Aposentados podem excluir desconto indevido de associação pelo Meu INSS

Júlia Galvão

Aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) podem pedir a exclusão de descontos indevidos de mensalidades de associações pelo aplicativo ou site Meu **INSS**. O benefício ficará bloqueado para novos descontos até que o segurado decida realizar a liberação.

A opção visa proteger 7,6 milhões de aposentados e pensionistas que têm descontos no pagamento. Denúncias sobre débitos feitos sem o aval dos segurados motivaram uma investigação envolvendo **INSS**, Polícia Civil de São Paulo e Ministério Público de São Paulo.

Entre janeiro de 2023 e maio de 2024, foram registradas 1 milhão de reclamações, com cerca de R\$ 45,5 milhões em descontos indevidos feitos por associações, segundo auditoria realizada pelo **INSS**. O órgão afirma que cancelou todos os descontos nos quais os segurados informaram não ter dado autorização para o débito.

A mensalidade associativa é uma contribuição de aposentados que se filiam a associação ou sindicato para ter benefícios como plano de saúde, academia e descontos em farmácias, por exemplo. O valor é descontado diretamente da renda previdenciária. Para fazer esse desconto, a associação precisa ter convênio com o **INSS** e fechar um contrato com o segurado.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Desde agosto, a consulta para verificar se há algum débito de mensalidade associativa aparece na tela inicial do Meu **INSS**. Os aposentados e pensionistas que desejassem também poderiam pedir o bloqueio do desconto por meio do serviço "bloqueio/desbloqueio de mensalidade de associativa".

A partir deste mês, a exclusão pode ser feita automaticamente pelos beneficiários no aplicativo ou site Meu **INSS**.

Os beneficiários podem pedir a devolução de

descontos indevidos realizados por entidades associativas pelo 0800 que aparece ao lado do nome da associação ou do sindicato no holerite.

Aqueles que preferirem também podem enviar um email para acordo.mensalidade@inss.gov.br, informando o ocorrido. O **INSS** irá entrar em contato com a entidade responsável pelo desconto em folha, solicitando os documentos que autorizaram o débito ou a devolução dos valores.

Reclamações e denúncias sobre débitos não autorizados de associações ou entidades podem ser registradas diretamente no Portal Consumidor.Gov e na Ouvidoria do **INSS**, pela Plataforma Fala BR.

Instrução normativa do **INSS** deste ano determina que o desconto não poderá ser maior do que 1% do teto dos benefícios, atualmente em R\$ 7.786,02, o que dá R\$ 77,86 ao mês. Também não é permitida mais de uma dedução de mensalidade associativa por benefício.

Para que o desconto possa ser feito, a associação deve ter autorização prévia do beneficiário, que não pode ser feita por procurador ou representante legal, exceto por decisão judicial específica.

O desconto também deve ser formalizado por um termo de adesão assinado por assinatura eletrônica avançada e biometria, apresentação de documento de identificação oficial e número do CPF.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/11/aposentados-podem-excluir-desconto-indevido-de-associacao-pelo-meu-inss.shtml>

Governo bloqueia renda de 300 mil beneficiários do BPC; veja como funciona o pente-fino

João Pedro Abdo

O pente-fino feito pelo governo no BPC (Benefício de Prestação Continuada) já bloqueou o benefício de 306.705 segurados que estavam com o CadÚnico (Cadastro Único) desatualizado há 48 meses ou nunca haviam feito a inscrição.

Embora pago pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), o bloqueio ou desbloqueio da renda é feito pelo MDS (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome).

Para atender a cidadãos que procuram as agências da Previdência em busca de resolver a situação, o instituto deu início a uma força-tarefa em 4 de novembro, que já atendeu mais de 87 mil segurados.

Segundo o **INSS**, a Central 135, canal de atendimento por telefone do instituto, recebeu 118,6 mil solicitações de desbloqueio do BPC. Outras 87.289 pessoas compareceram presencialmente às agências da **Previdência Social** pelo mesmo motivo, totalizando mais de 205 mil pedidos de liberação do dinheiro.

Até a última quarta-feira (20), foram desbloqueados 84.901 benefícios. O **INSS** e o Ministério da Previdência montaram uma força-tarefa com duração de 90 dias para agilizar a liberação dos pagamentos retidos.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O desbloqueio fica condicionado à regularização do CadÚnico em até 30 dias. Caso a atualização não seja feita, o benefício é suspenso automaticamente.

O bloqueio do benefício é feito depois que se encerram os prazos para atualização. Dependendo do tamanho do município, esses prazos variam entre 45 e 90 dias, contados a partir do recebimento da notificação. Caso o aviso para atualização cadastral não seja confirmado, o beneficiário tem 30 dias para se regularizar. A data de início dessa contagem é 16

de setembro.

No total, o pente-fino no BPC atinge cerca de 1,2 milhão de benefícios, pagos a aposentados ou pessoas com deficiência cuja renda familiar não exceda um quarto do salário mínimo por pessoa da família (R\$ 353). Não é necessário ter contribuído com a **Previdência Social** para ter direito.

Além da revisão dos cadastros, o governo determinou novos critérios para o recebimento da renda assistencial, como a obrigatoriedade do registro biométrico.

O pente-fino tem mirado beneficiários que recebiam o BPC e não tinham se cadastrado no CadÚnico ou estavam com os dados desatualizados há 48 meses (quatro anos) ou mais. Só é possível fazer a atualização cadastral presencialmente, no Cras. A comprovação da renda familiar é feita por meio de documentação ou de uma declaração assinada pelo beneficiário.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O BPC está previsto na Loas (Lei Orgânica de Assistência Social) e garante um salário mínimo a aposentados e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social.

O benefício não impede o recebimento conjunto da aposentadoria, desde que não exceda a renda familiar máxima para concessão. As parcelas são pagas no final do mês, e não há 13º no fim do ano.

O valor atual é de R\$ 1.412. Neste mês, o calendário de pagamento começa no dia 25 de novembro e vai até 6 de dezembro. A ordem é feita com base no final do número de identificação do benefício, excluindo dígito verificador.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/11/governo-bloqueia-renda-de-300-mil-beneficiarios-do-bpc-veja-como-funciona-o-pente-fino.shtml>

É cruel cortar o BPC sem fortalecer a inclusão no trabalho

Na iminência da divulgação dos detalhes do contingenciamento de gastos pelo governo Lula, cresce a preocupação sobre como essa medida vai afetar o Benefício de Prestação Continuada (BPC), aquele que repassa um salário mínimo mensal a pessoas com deficiência e idosos que não conseguem prover o próprio sustento.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta segunda-feira, 25, após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o governo deve divulgar ainda nesta semana o detalhamento das propostas, depois de apresentação das medidas para o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e para o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Precisamos lembrar sempre que o BPC, regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), é fundamental para milhares de famílias de pessoas com deficiência e única renda em suas residências.

É fato que há um inchaço no benefício, resultado da exclusão no trabalho, da judicialização e de uma facilitação nos critérios por causa da pandemia, fatores que geraram R\$ 44 bilhões em repasses no primeiro semestre de 2024, ou R\$ 7,3 bilhões por mês, conforme dados do Instituto Nacional de Seguro Social (**INSS**).

Há um pente-fino em andamento, o governo Lula fechou o cerco, faz uma reavaliação de beneficiários, segundo o **INSS**, para garantir que todos atualizem dados no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

Desde agosto, passam por revisão os beneficiários sem inscrição no CadÚnico, mas que recebem o pagamento, e quem não atualiza o cadastro há mais de 48 meses. A expectativa é de que 1,3 milhão de benefícios sejam revistos, diz o **INSS**.

O governo garante que não vai seguir na contramão do que se espera das políticas sociais e do cuidado com a população mais vulnerável, mas tem repetido que é necessário enxugar o BPC, embora o presidente Lula já tenha declarado que está descartado desvincular o Benefício de Prestação Continuada do salário mínimo, o que poderia reduzir o valor mensal, e

afirmou que a solução não será obtida apertando o mínimo do mínimo.

Entre 1º de outubro e 20 de novembro, para desbloquear o BPC, a Central 135 do **INSS** recebeu 118,6 mil ligações e 87.289 pessoas compareceram à unidade do Instituto.

Número de benefícios bloqueados e desbloqueados em cada Estado do Brasil (Fonte: **INSS**): AC (1.914 / 240), AL (7.797 / 2.413), AM (7.316 / 1.192), AP (2.335 / 445), BA (41.661 / 15.657), CE (22.379 / 6.652), DF (2.549 / 249), ES (3.733 / 974), GO (9.313 / 2.506), MA (16.258 / 5.211), MG (23.469 / 6.223), MS (3.663 / 1.054), MT (3.667 / 1.039), PA (16.128 / 5.194), PB (8.726 / 3.510), PE (22.482 / 5.966), PI (4.565 / 2.161), PR (7.992 / 2.168), RJ (28.880 / 3.950), RN (6.166 / 2.310), RO (2.714 / 599), RR (1.739 / 334), RS (4.565 / 1.040), SC (3.871 / 1.392), SE (4.170 / 1.758), SP (46.271 / 12.531), TO (2.382 / 660).

Cruel - Levantamento feito em janeiro pela Secretaria da Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com base em informações do eSocial (Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas), mostra que somente 546 mil trabalhadores com deficiência têm emprego formal, o que equivale a aproximadamente 3% dos 18 milhões de habitantes com deficiência no País, total registrado atualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Se há intenção de investir em políticas sociais para garantir renda e dignidade, uma questão dita como prioritária pelo governo Lula, é cruel cortar o BPC sem a implementação de ações concretas para fortalecimento da inclusão no trabalho, principalmente com reforço na fiscalização para cumprimento da Lei de Cotas (nº 8.213/1991).

Há exemplos constantes de barreiras impostas às pessoas com deficiência para acesso ao emprego formal, o que exige respostas enérgicas da sociedade e do judiciário. Cito como mais recente a Ação Civil Pública ajuizada no começo deste mês pelo Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal (MPT-DF), deferida pela 22ª Vara do Trabalho de Brasília-DF (VTB), que determinou a contratação imediata de pessoas com deficiência aprovadas em 2023 no concurso da Empresa de Tecnologia e Informações da

Previdência Social (Dataprev), vinculada ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, que faz manutenção e ampliação de digitalização, automação de processos e transformação digital dos serviços públicos.

A Justiça do Trabalho estabeleceu prazo de 30 dias para a empresa convocar imediatamente todas as pessoas com deficiência até atingir o percentual mínimo de 5% de funcionários com deficiência. E proibiu a Dataprev de nomear candidatos aprovados em concursos posteriores, antes de esgotar a lista de candidatos com deficiência aprovados no concurso de 2023, com aplicação de multa diária de R\$ 200 mil por item não seguido, caso descumpra as obrigações.

Procurada por Vencer Limites , a Dataprev respondeu em nota que adota medidas judiciais cabíveis para cassar a decisão liminar e fazer prevalecer as regras do edital do concurso público .

Segundo o grupo de pessoas com deficiência aprovadas no concurso da Dataprev, ninguém foi convocado até agora, ou seja, mesmo com ordem judicial e multa, a empresa, que faz parte do governo federal, não cumpre o que estabelece a Lei de Cotas e ainda recorre contra determinações da Justiça do Trabalho que exigem essa obediência.

Se nem mesmo o governo cumpre a lei e respeita os direitos das pessoas com deficiência ao trabalho, quem vai seguir as regras?

Site: <https://www.terra.com.br/nos/e-cruel-cortar-o-bpc-sem-fortalecer-a-inclusao-no-trabalho,f043089cd8c76be381f4f2de3da8b311tj1azagi.html>

Primeira parcela do 13º salário deve cair essa semana; veja regras

Um dos benefícios mais aguardados pelos trabalhadores está chegando: os empregadores brasileiros têm até o dia 29 deste mês, sexta-feira, para fazerem o depósito da primeira parcela do 13º salário aos seus funcionários. Veja as regras de como é feito o pagamento, como calcular o valor a receber e também se você tem direito ao benefício.

Receba as principais notícias direto no WhatsApp! Inscreva-se no canal do Terra

O 13º salário foi estabelecido pela Lei 4.090, de 1962, no Brasil. No texto original da legislação, o benefício é chamado de gratificação natalina e deveria ser pago em dezembro a todos os funcionários, independentemente da remuneração a que ele fizesse jus.

Depois, em 1965, a Lei 4.749 instituiu regras mais definidas sobre tal pagamento. Outras alterações foram feitas em 2015, com a Lei Complementar 150, conhecida na época como PEC das Domésticas, que incluiu a classe de trabalhadoras em uma série de direitos previstos na CLT.

Segundo o Tribunal Superior do Trabalho, além dos empregados com carteira assinada, têm direito ao 13º salário aposentados, pensionistas e **servidores públicos**.

O benefício pode ser pago em duas partes ou em uma parcela única. As empresas que escolherem a segunda opção devem realizar o pagamento total até o dia 30 de novembro. Porém, como este ano a data cai em um sábado, o envio do valor deve ser antecipado para a sexta-feira, 29.

Já aquelas empresas que optarem por duas parcelas, deverão depositar 50% do valor do 13º também até essa data. Depois, a segunda parcela pode ser paga até o dia 20 do mês de dezembro.

O valor da segunda parcela costuma ser menor do que o da primeira, pois é neste montante que incidem os **impostos**, como a dedução do Imposto de Renda e do **INSS**.

O 13º salário considera a divisão da remuneração integral do trabalhador por 12 e a multiplicação do resultado pelo número de meses trabalhados.

Ou seja, caso o funcionário esteja há um ano na empresa, ele receberá um salário a mais em seu valor integral, considerando, claro, os descontos de **impostos**. Mas caso ele não tenha completado um ano, ele receberá um valor proporcional.

O 13º salário também leva em conta horas extras, adicionais (noturno, de insalubridade e de periculosidade) e comissões.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/primeira-parcela-do-13-salario-deve-cair-essa-semana-veja-regras,cd0e090162fe023405309ce4297baec13u7m7z05.html>

Até R\$ 3.800 em abono de fim do ano a servidores

Rodrigo Péret

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), anunciou ontem em suas redes sociais um abono salarial para **servidores públicos** do governo estadual. Os valores chegam a até RS 3.800.

Segundo o **comunicado** de Casagrande, a proposta será enviada para análise da Assembleia Legislativa. Se aprovada pelos deputados, o abono será de RS 1.000 para os servidores, exceto para os da Educação, que receberão abono de RS 3.800.

Serão contemplados 23.010 profissionais ativos da Educação e 73.450 servidores de diversas áreas, entre ativos (estatutários, celetistas, contratados por designação temporária), aposentados e pensionistas.

Isso significa que o gasto do governo com o pagamento dos abonos será de R\$ 160,888 milhões. O pagamento está previsto para ser feito no mês que vem, mas não há informações sobre a data.

Para o economista Eduardo Araújo, o pagamento de abonos no fim de ano a servidores tem um impacto positivo para a economia, já que rapidamente se transformam em consumo.

"Favorece os setores de comércio e consumo, especialmente agora que estamos nos aproximando das festividades do natal. E, indiretamente, também impacta de forma importante a economia, por estimular o varejo e ajudando a movimentar a economia local".

Araújo ressalta que o pagamento representa um peso fiscal que, se não bem administrado, pode impactar outras prioridades orçamentárias no médio prazo, mas que o

governo estadual, neste caso específico, está agindo com prudência "Há um contexto de responsabilidade fiscal consolidado que permite esse pagamento por parte do governo. Mas os municípios, se forem seguir a medida, precisam fazer uma análise criteriosa sobre sua capacidade financeira para isso. Sem esse cuidado, o pagamento de abonos pode gerar desequilíbrios que comprometam a sustentabilidade fiscal em nível municipal", afirma.

CASAGRANDE anunciou o pagamento graças ao contexto de responsabilidade fiscal consolidado no Espírito Santo

OS NÚMEROS

1.000 reais

abono a servidor de outras áreas

73.450

servidores vão receber esse valor

Assembleia também estuda dar benefício

Enquanto o governo estadual anuncia o abono, a Assembleia Legislativa também estuda realizar pagamento semelhante aos seus servidores.

A perspectiva seria de que os servidores do Legislativo estadual também recebam um abono de R\$ 1.000 no contracheque de dezembro, possibilidade esta que está em estudo pela administração da Assembleia, segundo a assessoria da Casa de Leis.

Há, inclusive, a possibilidade de que os dois abonos sejam votados e discutidos no mesmo dia, mas ainda não há data definida para a inclusão das matérias na pauta de votação.

O Tribunal de Contas do Estado (TCES) também informou à reportagem que irá conceder um 13° de auxílio-alimentação pago aos servidores.

"Seguindo uma política de alinhamento às práticas já adotadas por outros poderes e órgãos no Estado. Ressaltamos que a medida está sendo implementada dentro dos limites orçamentários da instituição", afirmou o Tribunal de Contas, em nota.

Apesar de o valor deste 13° auxílio não ter sido incluído na nota, em consulta ao Portal da Transparência do Tribunal, é possível conferir os seguintes valores de auxílio alimentação: R\$ 2.029,06 para servidores, R\$ 3.018,54 para o cargo de conselheiro substituto, e RS 3.177,42 para os cargos de conselheiro e procurador especial.

Estados e municípios podem ter nova receita com apostas

Marta Watanabe De São Paulo

A reforma da tributação sobre consumo pode trazer receita nova a Estados e municípios com a cobrança do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) sobre bets. Pela legislação atual, as operações com apostas estão fora do alvo de tributação dos Estados e o potencial de arrecadação sobre consumo esbarra na dificuldade em cobrar imposto de empresas que não estão sediadas no país, embora as operadoras faturem cada vez mais com apostas feitas por brasileiros.

Segundo estimativas do Tax Group Inteligência Tributária, a reforma pode resultar em uma arrecadação anual de R\$ 11,13 bilhões em IVA dual, sendo R\$ 3,7 bilhões da parte federal e R\$ 7,43 bilhões da parte de Estados e municípios.

O cálculo considera como base o GGR [Gross Gaming Revenue, na sigla em inglês], que equivale à receita líquida, diferença entre o valor arrecadado e os pagamentos feitos aos apostadores. Nessa base, a arrecadação potencial de **tributos** sobre consumo pelas regras atuais - considerando os federais PIS e Cofins e o ISS municipal - seria de total de R\$ 5,99 bilhões anuais, dos quais R\$ 2,1 bilhões correspondentes ao ISS municipal.

A tributação de bets pelo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) ainda está indefinida. As apostas online podem entrar também no radar da cobrança do Imposto Seletivo (IS), o que também está em discussão.

Aprovada em dezembro do ano passado, a Emenda Constitucional 132/23, da **reforma tributária**, ainda tem sua regulamentação em discussão no Congresso via PLP 68/24.

O estudo do Tax Group também comparou a diferença entre o potencial da arrecadação atual e da receita que pode vir com a reforma em outros dois cenários, sempre olhando para **tributos** sobre consumo.

Considerando a receita bruta como base de cálculo, o estudo mostra que a arrecadação potencial atual é de R\$ 11,1 bilhões para os federais PIS e Cofins e de R\$ 6 bilhões para ISS, num total de R\$ 17,1 bilhões. Com a reforma, as bets podem levar a uma arrecadação de

IVA dual de R\$ 31,8 bilhões, sendo R\$ 21,24 bilhões em IBS, que será administrado por Estados e municípios, e R\$ 8,13 bilhões em Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), sob gestão da União.

Em outro cenário, no qual a base de cálculo é o lucro líquido, a receita potencial de ISS atual seria de R\$ 750 milhões anuais e a de PIS e Cofins, de R\$ 1,39 bilhão. Nessa base, o IBS poderá arrecadar R\$ 2,66 bilhões ao ano, e a CBS, R\$ 1,32 bilhão.

Luis Wulff, tributarista e presidente do Tax Group, lembra, porém, que há um período de transição para os novos **tributos** que deverão vir com a reforma. Pelo cronograma estabelecido, essa transição começa em 2026 e termina em 2033.

O estudo considerou entre as premissas receita bruta total anual de R\$ 120 bilhões com bets. O valor, após a dedução de R\$ 78 bilhões estimados como valor pago aos apostadores, resultaria em receita líquida de R\$ 42 bilhões, valor correspondente ao GGR [Receita Bruta de Jogos]. Considerando ainda R\$ 26 bilhões em custos e despesas, o lucro líquido seria de R\$ 15 bilhões. Wulff lembra que, pela Lei Complementar 116/03, a base de cálculo usual para o ISS é a receita bruta com serviços. Foi usada alíquota de 5% para o cálculo do imposto. Para o PIS e a Cofins considerou-se alíquota conjunta de 9,25%. O IVA dual foi calculado em 27,97%, alíquota média estimada segundo nota técnica do Ministério da Fazenda de agosto de 2024.

Como a reforma, não só os municípios poderão ter arrecadação sobre as apostas, mas os Estados também, explica Wulff.

A reforma, diz, pode facilitar a tributação porque a base do IVA será maior que a dos atuais ISS e ICMS.

Wulff observa que a tributação sobre bets pelo IVA dual ainda não está definida. Para ele, a tendência é que essas operações sigam regime específico e tenham no GGR a base de cálculo.

A recente regulamentação do setor já despertou o interesse das prefeituras.

Pelo cálculo da Abrasf, que reúne os secretários de fazenda das capitais, o potencial de arrecadação do

ISS sobre bets é de R\$ 2,7 bilhões anuais, considerando os números de 2023. Para 2024 o potencial é calculado em R\$ 10 bilhões. Os cálculos estão em ação direta de inconstitucionalidade na qual a Abrasf entrou como participante interessada.

Rodrigo Fantinel, secretário de Fazenda de Porto Alegre e presidente da Abrasf, diz que as apostas online estão sujeitas ao ISS, mas atualmente o recolhimento do tributo está longe de seu potencial. "Muitas das empresas que operam no país não têm sede no Brasil. Isso faz com que o ISS não seja recolhido atualmente." A lei que estabelece a regularização das bets no Brasil, diz Wulff, determina que a partir de 2025 as plataformas de apostas devem estabelecer sede fiscal no Brasil.

"Temos conversado com empresas do setor que querem estabelecer sede em Porto Alegre. Hoje o que se arrecada no município nesse segmento específico é irrisório. E sabemos que existe uma movimentação financeira considerável no setor", diz Fantinel.

Segundo estudo especial divulgado pelo Banco Central em setembro, os valores estimados em apostas online em 2024 variaram entre R\$ 18 bilhões e R\$ 21 bilhões mensais de janeiro a agosto. O estudo também estimou que cerca de 24 milhões de pessoas físicas participaram de jogos de azar e apostas, realizando ao menos uma transferência via Pix com essa finalidade em igual período.

A participação na ação judicial que tramita no STF é uma forma de os municípios participarem efetivamente da discussão sobre o tema, diz.

Wulff lembra que as bets possuem legislação de 2018, embora não tenha sido estabelecida à época uma cobrança por municípios ou Estados.

Caso já tivesse sido definido, o ISS poderia ter arrecadado cerca de R\$ 30 bilhões no acumulado de cinco anos.

Na ação, a Abrasf pede que as operadoras de apostas on-line que requisitaram autorização para operar no Brasil façam o recolhimento prévio de todos os **tributos** devidos em razão de atividades que já tenham realizado no país ou destinadas a consumidores brasileiros, ainda que a partir de estabelecimentos situados no exterior. As prefeituras pedem também a comprovação da origem lícita dos recursos destinados ao pagamento do valor exigido como outorga para a obtenção da licença de estabelecimento e operação no país.

Para Gilberto Perre, secretário executivo da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), bets são atividade

tipicamente de prestação de serviços e, por isso, sujeitas ao ISS. "Prefeitas e prefeitos estão atentos ao tema em função dos reflexos sociais de comprometimento da renda justamente daqueles que pouco ou nada têm, e que pode acarretar em novas demandas aos serviços sociais que são oferecidos pelas próprias municipalidades." Atualmente, considerando a Lei 14.790/2023, além da tributação por PIS, Cofins e ISS, explica Wulff, as operadoras de apostas online também estão sujeitas ao pagamento da taxa de 12% sobre o GGR e dos 34% de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. "No cenário atual, o maior desafio está na fiscalização das plataformas que operam no exterior e de fato saíram do ar, o que dificulta a plena arrecadação de **impostos** e a regularização total do setor. Além disso, a base de cálculo de **tributos** como PIS e a Cofins continua a ser ponto de debate entre as autoridades fiscais e as empresas do setor", indica o estudo.

Além da definição para a cobrança do IBS e da CBS, diz Wulff, outro debate é sobre a cobrança do Imposto Seletivo sobre bets. "O Imposto Seletivo seria para controlar o impacto social das apostas, possivelmente com alíquotas elevadas para desencorajar o consumo excessivo." Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, afirma que há incerteza muito grande sobre como a CBS e o IBS vão funcionar para setores específicos, sobretudo quando se trata de serviços. "Na verdade, a tendência é que tanto a CBS quanto o IBS acabem incidindo sobre as chamadas bets.

Neste caso, haveria ganhos para União, Estados e municípios, tudo o mais constante. O problema é que não dá para fazer esse tipo de análise sem considerar as outras dimensões da Emenda 132 e da sua regulamentação, que nem sequer foi aprovada, ainda, pelo Congresso."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188051?page=4§ion=1>

Revisão do 6x1 é inevitável, mais cedo ou mais tarde - PEDRO CAFARDO

PEDRO CAFARDO

Pedro Cafardo é jornalista da equipe que criou o Valor Econômico e escreve quinzenalmente às terças-feiras

E-mail: pedro.cafardo@valor.com.br

A redução da jornada de trabalho é um tema antigo, bastante discutido e vem sendo implementada em países há décadas. Voltou à discussão no Brasil, porém, com a apresentação da PEC da deputada Erika Hilton (PSOL-SP), propondo diminuição da escala de dias de trabalho e descanso de 6x1 para 4x3.

O tema remete à memória do sociólogo italiano Domenico De Masi (1938-2013), que em 1995 lançou na Europa o livro "O Ócio Criativo", traduzido para o português quatro ou cinco anos mais tarde. De Masi combatia a ideia de que o ócio seria associado à preguiça e à improdutividade e o considerava essencial para o florescimento da criatividade e do bem-estar das pessoas. Assim como já teria ocorrido no passado, o ócio contribuiria para avanços na ciência, na arte, na tecnologia e na própria economia em geral.

O livro de De Masi foi um best seller mundial - era revolucionário naquele fim de século XX. No Brasil, a obra também fez sucesso, e o sociólogo "adotou" o país, a ponto de lançar um novo livro primeiramente em português.

No início de 2013, o Brasil vivia uma euforia econômica, enquanto a Europa e outros países desenvolvidos passavam por momentos difíceis. De Masi, em visita ao país, disse acreditar que o Brasil seria um grande protagonista no novo modo de vida que propunha, porque estava em crescimento, reduzindo distâncias sociais e distante de guerras. A previsão nunca se confirmou.

Segundo reportagem da época, da jornalista Marília Arantes, ele fazia apenas um alerta, sobre o desemprego. Lembrava que as novas tecnologias e inovações reduziam a necessidade do trabalho e, por isso, seria necessário reduzir também as horas de trabalho para todos: "Se não, o pai vai trabalhar dez horas por dia e o filho vai ficar desempregado".

O sociólogo foi criticado por duas razões. Primeiro, porque a proposta do ócio criativo parecia elitista, atendendo mais às classes de renda alta e menos ao operariado. Segundo, porque o autor não avançava em propostas de reestruturação do trabalho na sociedade capitalista para que as mudanças não provocassem grandes danos à produção e à produtividade.

Os defensores da escala do 6x1 argumentam que ao reduzir a semana de trabalho para 4x3 haveria queda de produtividade, aumento de custos para os negócios, elevação de preços para os consumidores, prejuízo para as empresas e trabalhadores e, em consequência, redução de empregos e salários.

Em artigo no Valor na semana passada (21/11), o professor Pedro Gomes, da University of London, sugeriu que, em função da abrangência da discussão da escala 4x3, a análise da questão deveria ser mais profunda.

De fato, dadas as mudanças estruturais na economia e na sociedade, com seguidos avanços tecnológicos, os benefícios de uma semana de quatro dias de trabalho parecem ser maiores hoje do que 50 anos atrás, quando o prêmio Nobel Paul Samuelson a considerou uma "invenção social decisiva". Gomes lembra que graças ao espírito empreendedor associado ao tempo livre nasceram empresas como Ford, Apple e Nike.

É oportuno lembrar também a capacidade de adaptação da sociedade capitalista, recentemente testada na pandemia da covid-19. Diante da morte de milhões de pessoas pelo mundo e do isolamento forçado de funcionários, as corporações perceberam que muitos tipos de trabalho à distância (on-line) traziam ganhos de produtividade.

E o home office, em várias dimensões, parece ter vindo para ficar.

Os defensores do fim do 6x1 argumentam que o aumento do tempo para lazer, família, educação e cuidados pessoais amplia o bem-estar físico e mental dos indivíduos. O que pode até resultar em aumento de produtividade, uma vez que os funcionários estariam mais descansados e aptos ao trabalho.

Junte-se a isso a contribuição para combater o estresse e a "moderna" síndrome de burnout, o esgotamento profissional provocado por situações de trabalho desgastantes, muito comum atualmente nas empresas e com impacto importante na produtividade.

Dados do **INSS**, de 2022, mostram que quase 210 mil pessoas foram afastadas do trabalho em razão de transtornos mentais no país. No mundo, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 12 bilhões de dias de trabalho são perdidos anualmente por esse problema, com custos estimados em US\$ 1 trilhão para a economia.

A discussão reavivada da semana de trabalho no país pegou de surpresa a esquerda e a direita e tende a ignorar a atual polarização política.

A rejeição à mudança não pode ser guiada apenas com base em um "modelo básico de introdução à economia", utilizando os mesmos argumentos dos economistas que criticaram a redução de jornada para oito horas no século XIX, escreveu Pedro Gomes.

Também não parece razoável a adoção, por imposição constitucional, de uma redução abrupta para o 4x3, pegando empresas e sociedade despreparadas. Mesmo considerando que o impacto nos custos seria pontual e não se repetiria no momento seguinte.

Talvez seja possível caminhar para uma alteração gradual, com tempo para a sociedade se adaptar aos poucos à nova regra.

Não se pode negar, porém, que é desumano trabalhar seis dias por semana e folgar apenas um, nem sempre em um domingo. Mais cedo ou mais tarde, o país terá de enfrentar essa questão.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188051?page=4§ion=1>

Haddad diz que pacote está fechado após reunião

BERNARDO LIMA, THAÍS BARCELLOS, SÉRGIO ROXO, VICTORIA ABEL E GERALDA DOCA (Colaboraram Isa Morena Vista e Paulo Nepomuceno)

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o pacote fiscal está pronto, será anunciado nesta semana, mas que o dia e a hora dependem do Congresso.

-Está tudo redigido já, a Casa Civil, a gente manda a remessa, para mandar com certeza esta semana. Mas agora o dia, a hora, vai depender mais do Congresso do que de nós - disse após se reunir com o presidente Lula pela manhã.

O ministro disse que está garantindo apenas que os presidentes Arthur Lira, da Câmara, e Rodrigo Pacheco, do Senado, sejam informados antes do anúncio oficial.

Haddad afirmou que haverá uma proposta de emenda à Constituição (PEC) e um projeto de lei complementar. Este último deve tratar de formas para combater super-salários do Executivo.

O ministro afirmou ter esperança de ter todos os projetos aprovados neste ano.

O pacote deve ser apresentado hoje aos líderes do governo no Congresso antes de ser anunciado. As medidas foram discutidas em duas reuniões ontem no Palácio do Planalto com Lula e os ministros Rui Costa (Casa Civil), Esther Dweck (Gestão) e Paulo Pimenta (Secretaria de Comunicação). A ideia era discutir a "redação final" do pacote.

A reunião de apresentação do pacote hoje deve ter a presença do líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE); do líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP); e do líder interino do governo no Senado, Otto Alencar (PSD-BA).

ALTERAÇÃO NO BPC

Em meados deste mês, Haddad sinalizou à cúpula e a líderes do Congresso que o pacote fiscal em gestação há semanas pelo governo vai prever economia entre R\$ 25 bilhões e R\$ 30 bilhões em 2025 e de R\$ 40 bilhões em 2026, segundo fontes que acompanharam

as conversas.

Faz parte do pacote o avanço do projeto que combate os supersalários, que depende do aval do Congresso, um filtro nos programas sociais, a realização de pentefino no Bolsa Família e no Benefício de Prestação Continuada (BPC), além de ajustes nas regras em alguns programas, como abono salarial (PIS) e seguro-defeso.

O plano do governo é mudar o conceito para que o BPC se restrinja à assistência a pessoas que, por alguma deficiência grave ou idade avançada, não tenham condições de se sustentar, mesmo com ajuda da família. Hoje, basta ser uma pessoa com deficiência, atingir 65 anos e pertencer a uma família com renda per capita de até um quarto do salário mínimo. Assim, a ideia é impedir, via Constituição, que a Justiça conceda o benefício. O objetivo é impedir que receitas informais, como "bicos", sejam excluídos do critério de cálculo da renda, como vem ocorrendo em decisões judiciais anteriores.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que a discussão sobre corte de gastos é urgente e que a modernização das despesas públicas deve ser feita logo após a aprovação da regulamentação da **Reforma Tributária** pelo Congresso.

-Essa discussão dos gastos públicos é urgente e será a pauta do Congresso Nacional pós **Reforma Tributária**, nos próximos dias. Finalizada a **Reforma Tributária**, a identificação de que os desperdícios existem deve atacar todos os poderes -disse Pacheco.

Sem o anúncio das medidas, o dólar e o Ibovespa encerraram a sessão de lado. A moeda americana recuou 0,14%, a R\$ 5,80, enquanto o índice caiu 0,07%.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Senador tenta incluir na Reforma Tributária a taxaço sobre fortunas que a Câmara barrou

Fabiano Contarato, do PT do Espírito Santo, quer retomar no Senado uma discussáo sobre a taxaço de grandes fortunas, feita pela Câmara no mês passado. O senador está propondo uma emenda ao projeto que regulamenta a **Reforma Tributária**, aprovada um ano atrás. Nela, Contarato prevê a criação de uma alíquota progressiva para patrimônios acima dos R\$ 10 milhões. Os deputados recusaram a proposta num placar com 262 votos contra e outros 136 a favor - orientados por siglas de esquerda.

A proposta de emenda de Contarato é destinada à CCJ do Senado, que está debruçada na regulamentação. O colegiado realiza uma série de audiências públicas, que devem ser finalizadas ainda esta semana. Depois, os membros do colegiado votarão o relatório de Eduardo Braga (MDB-AM). Na sequência, será a vez do plenário da Casa avaliar o texto do projeto.

Na Câmara, a proposta para a taxaço de fortunas tramitou por sugestáo do PSOL, com o apoio de partidos esquerdistas (o PT entre eles). No Senado, o projeto já chegou sem que esse trecho estivesse incluído, o que Contarato agora tenta reverter. O senador afirma em sua justificativa aos pares que cerca de R\$ 4 bilhões por ano podem ser arrecadados com o imposto. Escreve Contarato:

"Gerará receita anual superior a R\$ 4 bi, contribuição significativa ao orçamento federal, permitindo a reduço do déficit fiscal e a destinação de recursos a programas sociais a fim de promover a reduço das desigualdades (...). Medida essencial para equilibrar a carga tributária e garantir que os mais ricos contribuam de forma justa para o desenvolvimento social e econômico do país."

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2024/11/senador-tenta-incluir-na-reforma-tributaria-a-taxacao-sobre-fortunas-que-a-camara-barrou.ghml>

Corte de gastos: governo deve apresentar pacote a líderes governistas hoje. O que falta para o anúncio?

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o pacote fiscal está pronto, será anunciado nesta semana, mas que o dia e a hora dependem do Congresso e do presidente Lula.

O pacote deve ser apresentado hoje aos líderes do governo no Congresso antes de ser anunciado. As medidas foram discutidas em duas reuniões ontem no Palácio do Planalto com Lula e os ministros Rui Costa (Casa Civil), Esther Dweck (Gestão) e Paulo Pimenta (Secretaria de Comunicação). A ideia era discutir a "redação final" do pacote.

A reunião de apresentação do pacote hoje deve ter a presença do líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE); do líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP); e do líder interino do governo no Senado, Otto Alencar (PSD-BA).

Haddad afirmou que haverá uma proposta de emenda à Constituição (PEC) e um projeto de lei complementar. Este último deve tratar de formas para combater supersalários do Executivo. O ministro afirmou ter esperança de ter todos os projetos aprovados neste ano.

O ministro disse que está garantindo apenas que os presidentes Arthur Lira, da Câmara, e Rodrigo Pacheco, do Senado, sejam informados antes do anúncio oficial. Nos bastidores, está claro que essa é uma exigência do presidente Lula.

- Está tudo redigido já, a Casa Civil, a gente manda a remessa, para mandar com certeza esta semana. Mas agora o dia, a hora, vai depender mais do Congresso do que de nós - disse após se reunir com o presidente Lula pela manhã.

Em meados deste mês, Haddad sinalizou à cúpula e a líderes do Congresso que o pacote fiscal em gestação há semanas pelo governo vai prever economia entre R\$ 25 bilhões e R\$ 30 bilhões em 2025 e de R\$ 40 bilhões em 2026, segundo fontes que acompanharam as conversas.

Faz parte do pacote o avanço do projeto que combate

os supersalários, que depende do aval do Congresso, um filtro nos programas sociais, a realização de pentefino no Bolsa Família e no Benefício de Prestação Continuada (BPC), além de ajustes nas regras em alguns programas, como abono salarial (PIS) e seguro-defeso.

O plano do governo é mudar o conceito para que o BPC se restrinja à assistência a pessoas que, por alguma deficiência grave ou idade avançada, não tenham condições de se sustentar, mesmo com ajuda da família.

Hoje, basta ser uma pessoa com deficiência, atingir 65 anos e pertencer a uma família com renda per capita de até um quarto do salário mínimo. Assim, a ideia é impedir, via Constituição, que a Justiça conceda o benefício.

O objetivo é impedir que receitas informais, como "bicos", sejam excluídos do critério de cálculo da renda, como vem ocorrendo em decisões judiciais anteriores.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que a discussão sobre corte de gastos é urgente e que a modernização das despesas públicas deve ser feita logo após a aprovação da regulamentação da **Reforma Tributária** pelo Congresso.

- Essa discussão dos gastos públicos é urgente e será a pauta do Congresso Nacional pós **Reforma Tributária**, nos próximos dias. Finalizada a **Reforma Tributária**, a identificação de que os desperdícios existem deve atacar todos os poderes - disse Pacheco.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/11/26/corte-de-gastos-governo-deve-apresentar-pacote-a-lideres-governistas-hoje-o-que-falta-para-o-anuncio.ghtml>

Estados e municípios podem ter receita bilionária com apostas on-line

Por Marta Watanabe - De São Paulo

26/11/2024 05h01 Atualizado há uma hora

A reforma da tributação sobre consumo pode trazer receita nova a Estados e municípios com a cobrança do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) sobre bets. Pela legislação atual, as operações com apostas estão fora do alvo de tributação dos Estados e o potencial de arrecadação sobre consumo esbarra na dificuldade em cobrar imposto de empresas que não estão sediadas no país, embora as operadoras faturem cada vez mais com apostas feitas por brasileiros.

Segundo estimativas do Tax Group Inteligência Tributária, a reforma pode resultar em uma arrecadação anual de R\$ 11,13 bilhões em IVA dual, sendo R\$ 3,7 bilhões da parte federal e R\$ 7,43 bilhões da parte de Estados e municípios. O cálculo considera como base o GGR [Gross Gaming Revenue, na sigla em inglês], que equivale à receita líquida, diferença entre o valor arrecadado e os pagamentos feitos aos apostadores. Nessa base, a arrecadação potencial de **tributos** sobre consumo pelas regras atuais - considerando os federais PIS e Cofins e o ISS municipal - seria de total de R\$ 5,99 bilhões anuais, dos quais R\$ 2,1 bilhões correspondentes ao ISS municipal.

A tributação de bets pelo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) ainda está indefinida. As apostas on-line podem entrar também no radar da cobrança do Imposto Seletivo (IS), o que também está em discussão. Aprovada em dezembro do ano passado, a Emenda Constitucional 132/23, da **reforma tributária**, ainda tem sua regulamentação em discussão no Congresso via PLP 68/24.

O estudo do Tax Group também comparou a diferença entre o potencial da arrecadação atual e da receita que pode vir com a reforma em outros dois cenários, sempre olhando para **tributos** sobre consumo. Considerando a receita bruta como base de cálculo, o estudo mostra que a arrecadação potencial atual é de R\$ 11,1 bilhões para os federais PIS e Cofins e de R\$ 6 bilhões para ISS, num total de R\$ 17,1 bilhões. Com a reforma, as bets podem levar a uma arrecadação de IVA dual de R\$ 31,8 bilhões, sendo R\$ 21,24 bilhões em IBS, que será administrado por Estados e

municípios, e R\$ 8,13 bilhões em Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), sob gestão da União.

Em outro cenário, no qual a base de cálculo é o lucro líquido, a receita potencial de ISS atual seria de R\$ 750 milhões anuais e a de PIS e Cofins, de R\$ 1,39 bilhão. Nessa base, o IBS poderá arrecadar R\$ 2,66 bilhões ao ano, e a CBS, R\$ 1,32 bilhão.

Luis Wulff, tributarista e presidente do Tax Group, lembra, porém, que há um período de transição para os novos **tributos** que deverão vir com a reforma. Pelo cronograma estabelecido, essa transição começa em 2026 e termina em 2033.

O estudo considerou entre as premissas receita bruta total anual de R\$ 120 bilhões com bets. O valor, após a dedução de R\$ 78 bilhões estimados como valor pago aos apostadores, resultaria em receita líquida de R\$ 42 bilhões, valor correspondente ao GGR [Receita Bruta de Jogos]. Considerando ainda R\$ 26 bilhões em custos e despesas, o lucro líquido seria de R\$ 15 bilhões. Wulff lembra que, pela Lei Complementar 116/03, a base de cálculo usual para o ISS é a receita bruta com serviços. Foi usada alíquota de 5% para o cálculo do imposto. Para o PIS e a Cofins considerou-se alíquota conjunta de 9,25%. O IVA dual foi calculado em 27,97%, alíquota média estimada segundo nota técnica do Ministério da Fazenda de agosto de 2024.

Como a reforma, não só os municípios poderão ter arrecadação sobre as apostas, mas os Estados também, explica Wulff. A reforma, diz, pode facilitar a tributação porque a base do IVA será maior que a dos atuais ISS e ICMS.

Wulff observa que a tributação sobre bets pelo IVA dual ainda não está definida. Para ele, a tendência é que essas operações sigam regime específico e tenham no GGR a base de cálculo.

A recente regulamentação do setor já despertou o interesse das prefeituras. Pelo cálculo da Abrasf, que reúne os secretários de fazenda das capitais, o potencial de arrecadação do ISS sobre bets é de R\$ 2,7 bilhões anuais, considerando os números de 2023. Para 2024 o potencial é calculado em R\$ 10 bilhões. Os cálculos estão em ação direta de inconstitucionalidade na qual a Abrasf entrou como

participante interessada.

Rodrigo Fantinel, secretário de Fazenda de Porto Alegre e presidente da Abrasf, diz que as apostas online estão sujeitas ao ISS, mas atualmente o recolhimento do tributo está longe de seu potencial. "Muitas das empresas que operam no país não têm sede no Brasil. Isso faz com que o ISS não seja recolhido atualmente." A lei que estabelece a regularização das bets no Brasil, diz Wulff, determina que a partir de 2025 as plataformas de apostas devem estabelecer sede fiscal no Brasil.

"Temos conversado com empresas do setor que querem estabelecer sede em Porto Alegre. Hoje o que se arrecada no município nesse segmento específico é irrisório. E sabemos que existe uma movimentação financeira considerável no setor", diz Fantinel.

Muitas das empresas que operam no país não têm sede no Brasil"

- Rodrigo Fantinel

Segundo estudo especial divulgado pelo Banco Central em setembro, os valores estimados em apostas online em 2024 variaram entre R\$ 18 bilhões e R\$ 21 bilhões mensais de janeiro a agosto. O estudo também estimou que cerca de 24 milhões de pessoas físicas participaram de jogos de azar e apostas, realizando ao menos uma transferência via pix com essa finalidade em igual período.

A participação na ação judicial que tramita no STF é uma forma de os municípios participarem efetivamente da discussão sobre o tema, diz.

Wulff lembra que as bets possuem legislação de 2018, embora não tenha sido estabelecida à época uma cobrança por municípios ou Estados. Caso já tivesse sido definido, o ISS poderia ter arrecadado cerca de R\$ 30 bilhões no acumulado de cinco anos.

Na ação, a Abrasf pede que as operadoras de apostas on-line que requisitaram autorização para operar no Brasil façam o recolhimento prévio de todos os **tributos** devidos em razão de atividades que já tenham realizado no país ou destinadas a consumidores brasileiros, ainda que a partir de estabelecimentos situados no exterior. As prefeituras pedem também a comprovação da origem lícita dos recursos destinados ao pagamento do valor exigido como outorga para a obtenção da licença de estabelecimento e operação no país.

Para Gilberto Perre, secretário executivo da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), bets são atividade tipicamente de prestação de serviços e, por isso,

sujeitas ao ISS. "Prefeitas e prefeitos estão atentos ao tema em função dos reflexos sociais de comprometimento da renda justamente daqueles que pouco ou nada tem, e que pode acarretar em novas demandas aos serviços sociais que são oferecidos pelas próprias municipalidades."

Atualmente, considerando a Lei 14.790/2023, além da tributação por PIS, Cofins e ISS, explica Wulff, as operadoras de apostas online também estão sujeitas ao pagamento da taxa de 12% sobre o GGR e dos 34% de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. "No cenário atual, o maior desafio está na fiscalização das plataformas que operam no exterior e se de fato sairão do ar, o que dificulta a plena arrecadação de **impostos** e a regularização total do setor. Além disso, a base de cálculo de **tributos** como PIS e a Cofins continua a ser ponto de debate entre as autoridades fiscais e as empresas do setor", indica o estudo.

Além da definição para a cobrança do IBS e da CBS, diz Wulff, outro debate é sobre a cobrança do Imposto Seletivo sobre bets. "O Imposto Seletivo seria para controlar o impacto social das apostas, possivelmente com alíquotas elevadas para desencorajar o consumo excessivo."

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, afirma que há incerteza muito grande sobre como a CBS e o IBS vão funcionar para setores específicos, sobretudo quando se trata de serviços. "Na verdade, a tendência é que tanto a CBS quanto o IBS acabem incidindo sobre as chamadas bets. Neste caso, haveria ganhos para União, Estados e municípios, tudo o mais constante. O problema é que não dá para fazer esse tipo de análise sem considerar as outras dimensões da Emenda 132 e da sua regulamentação, que nem sequer foi aprovada, ainda, pelo Congresso."

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/11/26/estados-e-municipios-podem-ter-receita-bilionaria-com-apostas-on-line.ghtml>

Reforma tributária: ameaça à indústria brasileira (Artigo)

Leonardo Roesler

Leonardo Roesler Advogado com Dupla Titulação Internacional pela Univali, é mestre em Administração e Finanças pela Ohio University, e especialista em Direito Empresarial e Direito Tributário pela FGV

A reforma tributária em discussão no Brasil, embora busque modernizar e simplificar o sistema tributário, apresenta falhas significativas que ameaçam a competitividade das indústrias nacionais. A carga tributária sobre a indústria brasileira já é uma das mais elevadas do mundo. Dados do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) indicam que a carga tributária total no Brasil atinge cerca de 33% do **PIB**, e a indústria suporta uma parcela desproporcional dessa carga, aproximadamente 35% de sua receita bruta em **impostos** diretos e indiretos. Em contraste, a média da carga tributária sobre a indústria nos países da OCDE é de cerca de 21%.

A proposta de **reforma tributária** visa a substituir **tributos** como PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Embora a unificação dos **tributos** possa simplificar a burocracia fiscal, as alíquotas sugeridas não consideram as especificidades do setor industrial. A alíquota padrão proposta para o IBS é de 25%, enquanto para a CBS é de 12%, resultando em uma carga tributária combinada de 37% sobre a receita das indústrias. Isso aumentaria a carga tributária sobre a indústria, inviabilizando sua competitividade no mercado internacional.

Consideremos um exemplo: uma indústria que atualmente paga 18% de ICMS e 9,25% de PIS/Cofins passaria a pagar 37% de IBS e CBS, um aumento de 9,75 pontos percentuais na carga tributária.

Esse aumento pode significar a diferença entre operar com lucro ou prejuízo para muitas empresas.

Além disso, a indústria brasileira enfrenta desafios adicionais, como altos custos de energia e infraestrutura deficiente.

O gás natural, por exemplo, é três vezes mais caro no Brasil do que nos Estados Unidos. Acrescente-se a incerteza jurídica e a frequente mudança nas regras

tributárias que desestabilizam o planejamento financeiro das empresas.

Outro ponto crítico é a ausência de mecanismos claros e eficazes de compensação de créditos tributários. A indústria exportadora brasileira enfrenta dificuldades significativas para recuperar créditos de PIS e Cofins, agravando sua competitividade no mercado global. A reforma, ao não abordar essa questão de forma robusta, perpetua um problema que há muito penaliza a indústria nacional.

Em conclusão, a **reforma tributária**, em sua forma atual, representa uma ameaça substancial à competitividade da indústria brasileira.

Para alcançar seus objetivos de simplificação e justiça fiscal, é necessário revisar profundamente o texto, garantindo um ambiente tributário que promova o crescimento econômico sustentável e a competitividade da indústria nacional.

Embora a unificação dos **tributos** possa simplificar a burocracia, as alíquotas sugeridas não consideram as especificidades do setor

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

De criptomoedas a jatinhos, dúvida é sobre quem vai pagar a conta

PRISCILA MENGUE

É unânime o entendimento de que é preciso injetar mais dinheiro para adaptação, mitigação e redução das emissões de gases do efeito estufa em meio à piora do aquecimento global - e buscar fontes além dos US\$ 300 bilhões acordados em Baku. Na "COP das Finanças", apelido informal da edição deste ano da Cúpula do Clima das Nações Unidas (ONU), França, Quênia e Barbados ficaram à frente de discussões sobre possíveis novas fontes de renda para esse fim. Dentre as alternativas discutidas por essa força-tarefa (a Global Solidarity Levies), lançada na COP-28, estão novos **impostos** e outras tributações sobre criptomoedas, jatinhos, super iates, produção de plásticos e bilionários.

A recente declaração do G-20 sobre a taxação de ultrarricos também é vista como sinalização para a obtenção de recursos de enfrentamento à emergência climática. Outra possibilidade de "imposto do clima" que tem sido discutida é a taxação de lucros inesperados.

No caso dos combustíveis fósseis, menciona-se estudo deste mês da Universidade Técnica de Munique, que estimou que as 93 maiores empresas de petróleo e gás lucraram US\$ 490 bilhões acima do que era projetado para 2022 no pós-pandemia.

Na COP-29, a força-tarefa sobre taxação climática apresentou novo relatório em que consolidou ideias anteriores e apresentou novas, em parte inspiradas em cobranças cogitadas e lançadas em outros países recentemente. No caso das criptomoedas, como bitcoin, uma das justificativas é de que a sua produção envolve altas demandas de energia elétrica.

Uma taxa de US\$ 0,045 por kWh poderia resultar em US\$ 5,2 bilhões por ano.

O texto também se refere ao imposto defendido no G-20, de 2% sobre bilionários, com potencial de US\$ 200 bilhões a US\$ 250 bilhões por ano. Já no caso de plásticos, apresentou-se a ideia de US\$ 60 a US\$ 90 por tonelada primária produzida, o que daria de US\$ 25 bilhões a US\$ 35 bilhões anuais.

Outras fontes em estudo incluem: passagens de avião (com uma modulação por categoria); transporte

marítimo; combustível de aviação; extração de combustíveis fósseis; e negociações de ações e títulos.

SUBTRIBUTAÇÃO. Os chefes de Estado que lideram a força-tarefa (Emmanuel Macron, presidente da França; Mia Amor Mottley, primeira-ministra de Barbados; e William Ruto, presidente do Quênia) chegaram a veicular um artigo pouco antes da COP, no qual fazem defesa dos "**impostos** de solidariedade".

No texto, mencionam desastres recentes, como as enchentes no Rio Grande do Sul.

"Há setores da economia que são amplamente subtributados, mas poluem o planeta. Isso se aplica ao transporte marítimo, à aviação e, claro, à indústria de combustíveis fósseis, que desfruta de baixas taxas efetivas de **impostos** por causa de subsídios governamentais (totalizando estimativa de US\$ 7 trilhões em 2022, de acordo com o Fundo Monetário Internacional)", diz a publicação.

No texto, eles mencionam estimativas globais, como uma taxa de 0,1% sobre negociações de ações e títulos (com potencial de US\$ 418 bilhões ao ano), extração de combustíveis fósseis (US\$ 210 bilhões anuais) e outras. Com novos adeptos anunciados na COP, a coalizão reúne agora Colômbia, Espanha, Senegal, Dinamarca, Fiji e mais integrantes, totalizando 17 (três como observadores).

Outro nome forte à frente da iniciativa é o da economista francesa Laurence Tubiana, considerada a principal "arquiteta" do Acordo de Paris. A defesa é de que esses recursos sejam destinados a países em desenvolvimento afetados pela crise climática. "Quando se trata de fontes adicionais de financiamento, especialistas frequentemente fazem alusão a "finanças inovadoras". No caso de **impostos** globais de solidariedade, a única inovação necessária é uma liderança ambiciosa em uma base suficiente de países." PETROLEIRAS E SUPERIATES.

Um dos desafios é identificar possibilidades de tributação que não afetem serviços essenciais e a população em geral, o que é uma barreira para maior taxação de petroleiras. Nesse aspecto, tributações ligadas a transporte de alto luxo são vistas como

alternativas mais palatáveis.

São, contudo, insuficientes para a obter os recursos necessários.

Uma comparação frequente é de que parte desse segmento não tem as mesmas taxações de grupos de média e de baixa renda.

Parte dos países não tem, por exemplo, a cobrança de um "IPVA para superiates", a grosso modo. O mesmo vale para combustíveis de jatinhos e outros casos ligados a uma parcela bilionária da população mundial.

"Poluidor pagador" é um termo frequentemente utilizado.

O Greenpeace diz que não há falta de dinheiro, mas de ações governamentais para cobrar a indústria de combustíveis fósseis e outros grandes poluidores.

Outras entidades ambientalistas defendem a Climate Damages Tax (CDT), a ser inicialmente cobrada nos países mais ricos, o G-7. Fala-se de US\$ 5 por tonelada de carbono gerado pela extração de combustíveis fósseis, com aumento gradual de mais US\$ 5 a cada ano. Estima-se que renderia US\$ 900 bilhões até 2030.

Pedido e ganho

US\$ 1,3 tri/ano Era a compensação pedida pelos países pobres na COP. Texto final prevê US\$ 300 bilhões/ano.

US\$ 900 bilhões até 2030 Ambientalistas defendem Climate Damages Tax, a ser inicialmente cobrada nos países mais ricos, o G-7

Saiba mais !

É sobre criar cobranças e reduzir subsídios

I Metano e carbono Em alguns lugares, a discussão chegou a outros gases estufa, como na Dinamarca - que aprovou imposto para o metano emitido pela pecuária - e nos Estados Unidos, onde a taxa de emissões de metano em desenvolvimento é focada nas petroleiras. Além disso, já ocorrem cobranças internacionais aduaneiras por emissão de carbono para exportações.

O maior exemplo é o CBAM, na União Europeia, cobrado desde o ano passado.

I Subsídios Além de novas taxas, fala-se na importância de redução e extinção de subsídios a combustíveis fósseis. Relatório lançado na COP pela

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apontou estagnação da criação de tributações de precificação do carbono, assim como um movimento de mais subsídios a petróleo, gás e eletricidade desde 2022, em meio a uma crise energética.

Por outro lado, indicou tendência de expansão e diversificação na taxação.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

No Reino Unido, cresce o apoio a novas taxações

No caso de **impostos** sobre grandes poluidores, há aqueles que apontam dupla vantagem: o potencial de arrecadação e a possibilidade de desestimular atividades com alto impacto ambiental. Esse dinheiro poderia tanto ser revertido a um país como redirecionado para um fundo, como o de perdas e danos para nações em desenvolvimento que sofreram impactos irreversíveis por causa das mudanças climáticas.

Recentemente, a Oxfam do Reino Unido estimou que **impostos** sobre transporte de luxo (jatinhos e superiates) poderiam arrecadar R\$ 2 bilhões anuais no país. Esse conjunto de tributações envolveria o combustível de jatos, a propriedade de grandes iates e a operação de pousos e decolagens, dentre outras.

Segundo a organização, somente pelo uso de transporte de luxo, um bilionário polui 700 vezes mais do que uma pessoa de classe média. Além disso, pesquisa de opinião encomendada pela Oxfam à YouGov apontou que 81% dos britânicos são favoráveis a esse tipo de taxaço. Também identificou que 74% apoiam o aumento de **impostos** para empresas com grandes emissões de poluentes, enquanto 64% concordam com maior tributação dos mais ricos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Juros europeus podem cair mais com volta de Trump

Eduardo Magossi De São Paulo

Caso as propostas de campanha do presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, sejam colocadas em prática, não restará outra alternativa ao Banco Central Europeu (BCE) a não ser aprofundar o afrouxamento monetário na região. Segundo quatro instituições financeiras do continente consultadas pelo Valor, as taxas de juros europeias podem cair para até 1,25% no ano que vem, em um cenário que também empurraria o euro a voltar a testar a paridade contra o dólar. Atualmente, o consenso do mercado é uma taxa de fim de ciclo de 2%.

As preocupações relatadas dão conta, principalmente, da aplicação de tarifas comerciais nas importações de produtos europeus e da retirada de apoio financeiro americano à Ucrânia. Isso tudo em um cenário em que a economia europeia já demonstra sinais de fraqueza. Na sexta-feira, o índice de gerente de compras (PMI, na sigla em inglês) composto da zona do euro mostrou queda para 48,1, o menor nível em dez meses.

Níveis abaixo de 50 pontos indicam contração na atividade.

O efeito Trump, assim, também traria impactos no euro, que pode se desvalorizar porque o potencial inflacionário das medidas prometidas pelo presidente eleito à Casa Branca manteria o dólar fortalecido. "O cenário está montado para que o dólar se valorize.

A história nos conta que sempre que os EUA embarcam em uma guerra comercial o dólar se fortalece contra as demais moedas, inclusive o euro", afirma Bill Papadakis, estrategista sênior do banco suíço Lombard Odier.

Papadakis destaca o fato de que as políticas potencialmente inflacionárias de Trump - como corte de **impostos**, aplicação de tarifas e deportação de imigrantes - farão com que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) tenha menos espaço para cortar juros. Enquanto isso, o Banco Central Europeu (BCE) terá de reduzir mais as taxas para evitar uma maior desaceleração da economia, aumentando o diferencial de juros entre as duas regiões. Isso também tende a fortalecer o dólar ante o euro.

Além do diferencial de juros maior, Carsten Brzeski,

chefe global de macro do banco ING, lembra que existe uma divergência no crescimento das economias.

Enquanto os EUA continuam resilientes, a zona do euro patina.

"O Fed vai cortar menos os juros do que o mercado precifica atualmente e o euro vai se desvalorizar mais, provavelmente em direção à paridade", diz.

Para Brzeski, a nova administração Trump terá um efeito bastante negativo na economia da zona do euro por meio de quatro canais: uma potencial guerra comercial, o que afetaria as exportações do continente; corte nos **impostos** dos EUA e desregulamentação, que tenderiam a afetar os investimentos e a competitividade europeia; preços mais elevados de gás liquefeito, já que 50% das importações europeias deste produto vêm do mercado americano; e mais incertezas sobre a Ucrânia, o que reduziria o consumo e os investimentos.

Dean Turner, economista do UBS Wealth Management, observa que além do impacto da implementação de tarifas nas exportações europeias há um efeito secundário: o de as tarifas impostas nos produtos chineses reduzirem o crescimento no país asiático. "Isso iria afetar a demanda pelas exportações europeias para a China", afirma.

Segundo Turner, o início da recuperação da economia esperada para 2025 na zona do euro pode ser ameaçado se incertezas ligadas ao cenário geopolítico ou econômico continuarem a pesar na confiança dos consumidores.

"Isso significa que o atual alto nível de poupança e o baixo consumo vão persistir", diz.

O cenário já levou o Lombard Odier a reduzir a perspectiva de crescimento para o próximo ano na Europa em cerca de 0,3 ponto percentual. Mesmo assim, segundo Papadakis, há forças que devem evitar uma recessão, como baixa **inflação**, renda alta, baixo desemprego e famílias que estão com dinheiro para gastar.

De acordo com o estrategista, as incertezas em torno do crescimento deverão continuar e o único

instrumento com potencial para evitar uma maior desaceleração é a política monetária. "Não acredito na implementação de mais subsídios fiscais diante do alto déficit de alguns países, 7% do **PIB** na Itália, mais de 5% do **PIB** na França. Então já tínhamos a projeção de uma taxa de fim de ciclo de 1,5%, mas agora vemos o risco de chegar a 1,25%", afirma.

Brzeski, do ING, é mais moderado e acredita em uma taxa final de 1,75%, com pressões inflacionárias mantendo os rendimentos dos Treasuries, títulos do Tesouro americano, e os dos títulos europeus em alta durante o próximo ano. O economista também conta com um potencial aumento das tensões geopolíticas. "O mundo se tornará mais frágil e volátil.

Na conjuntura atual, é impossível dizer qual é realmente a posição de Trump sobre o Oriente Médio, Ucrânia e Taiwan." Além de estimular a economia, a zona do euro terá de encontrar recursos para financiar um aumento dos gastos com defesa caso o governo Trump retire o apoio na Ucrânia, lembra o Papadakis, do Lombard Odier.

Do ponto de vista das bolsas, Leonardo Pellandini, estrategista de ações da Julius Baer, avalia que a vitória republicana provavelmente favorecerá ações de defesa na Europa, já que uma administração Trump pode mudar as prioridades dos EUA e encorajar a União Europeia a assumir maior responsabilidade por sua própria segurança.

"Isso pode levar a um aumento no investimento no setor. Além disso, os bancos europeus também podem se beneficiar de um ambiente de maior rendimento, impulsionado por expectativas de crescimento mais forte nos EUA e **inflação** potencialmente mais alta.

Uma curva de rendimento mais íngreme pode resultar em margens de juros líquidas mais altas, tornando o segmento mais atraente para os investidores", diz.

No entanto, para o estrategista do Julius Baer, certos setores do mercado europeu, incluindo automóveis, semicondutores e produtos químicos, enfrentam riscos significativos devido a tarifas potenciais impostas pela administração Trump, que podem variar entre 10% e 20%. Além disso, para Pellandini, a vitória de Trump deve beneficiar o mercado acionário americano, que deverá ter um desempenho melhor que o europeu.

David Kohl, economista do Julius Baer, destaca que, além do impacto da vitória de Trump, a zona do euro tem de lidar com problemas locais. "O bloco enfrenta desafios domésticos por falta de uma liderança política. E [a dúvida sobre] se existe um colchão fiscal disponível para ser usado e se há vontade para se fazer isso."

"O Fed vai cortar menos os juros do que o mercado precifica atualmente e o euro vai se desvalorizar mais"
Carsten Brzeski

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188051>

Inteligência artificial e tributos (Artigo)

Victor Humberto Maizman

A inteligência artificial oferece ferramentas valiosas para melhorar a relação entre contribuintes e o Fisco, simplificando a gestão tributária e identificando oportunidades de redução de custos.

Por outro lado, o excesso de **tributos** no Brasil exige uma análise crítica e a busca por reformas que tornem o sistema mais justo e eficiente.

Enquanto essas mudanças estruturais não ocorrem, a combinação de tecnologia e assessoria jurídica é a melhor estratégia para enfrentar os desafios tributários e preservar os direitos dos contribuintes.

A inteligência artificial é uma ferramenta poderosa que pode otimizar o trabalho dos advogados e dos profissionais que atuam na área fiscal, auxiliando na análise de dados, pesquisa jurídica e automação de tarefas repetitivas.

Contudo, ela não substitui o ser humano, pois a advocacia exige habilidades únicas como empatia, julgamento ético, criatividade na solução de problemas e interpretação personalizada das leis.

A conexão humana, essencial para compreender as nuances de cada caso e oferecer orientação estratégica, é insubstituível.

A tecnologia deve ser vista como uma aliada, complementando, mas nunca substituindo, o papel crítico e insubstituível do advogado.

Portanto, sua aplicação deve ser combinada com a atuação de advogados especializados, que garantem a segurança jurídica e orientam sobre os direitos do contribuinte.

Não é demais falar que a assessoria de um advogado especializado em direito tributário é crucial para garantir que o contribuinte exerça seus direitos e minimize sua carga tributária dentro dos limites da legalidade.

O advogado pode elaborar estratégias para reduzir a carga tributária de forma legítima, em especial para avaliar quanto à oportunidade dos benefícios fiscais.

O contribuinte, especialmente empresas, está sujeito a fiscalizações frequentes que podem gerar autuações indevidas. Um advogado é indispensável para

questionar multas excessivas ou injustas, seja na esfera administrativa ou judicial.

A propósito, muitos contribuintes desconhecem que podem recuperar valores pagos a maior ou indevidamente. A assessoria jurídica é essencial para identificar essas oportunidades e garantir a restituição de valores junto ao Fisco.

Um advogado tributarista orienta o contribuinte a se adaptar rapidamente, evitando riscos de descumprimento.

De todo modo, a inteligência artificial oferece ferramentas valiosas para melhorar a relação entre contribuintes e o Fisco, simplificando a gestão tributária e identificando oportunidades de redução de custos, devendo assim, ser combinada com a atuação de advogados especializados, que garantem a segurança jurídica e orientam sobre os direitos do contribuinte.

Victor Humberto Maizman é advogado e consultor jurídico tributário, professor em direito tributário

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Autoridades reagem a Carrefour

» ISRAEL MEDEIROS

O boicote de produtores de carne ao Grupo Carrefour como protesto contra a postura protecionista da rede de hipermercados tensionou as relações diplomáticas entre Brasil e França. A embaixada brasileira em Paris chamou, ontem, as falas do CEO global do Carrefour, Alexandre Bompard, de uma "campanha de desinformação contra produtos brasileiros".

O assunto também reverberou no Congresso Nacional. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), falou até em acelerar, no Congresso, a discussão sobre o projeto de lei da reciprocidade econômica entre os países.

"O Brasil respeita, democraticamente, a oposição de qualquer setor ao acordo de livre comércio Mercosul-União Europeia.

Tal posição, no entanto, não pode justificar uma campanha pública baseada na disseminação generalizada de desinformação contra produtos brasileiros", diz um trecho da nota publicada pela diplomacia brasileira em Paris.

A embaixada também ressaltou que o país é um fornecedor seguro de proteína animal ao mercado europeu "há décadas" e que tem plenas condições de atender às exigências e controles sanitários de mais de 160 países, incluindo os da União Europeia. Negou, ainda, que um eventual acordo entre Mercosul e União Europeia tenha a capacidade de "transbordar" o mercado europeu com carnes da América do Sul.

Segundo o Itamaraty, a União Europeia consome 6,5 milhões de toneladas de carne bovina por ano - dos quais apenas 5% é importada. A cota de carne proveniente do Mercosul corresponde a apenas 1,5% do consumo europeu.

No Brasil, o ministro Carlos Fávaro (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) se disse "feliz" pela atitude de produtores brasileiros de boicotar o Carrefour local. "Se para o povo francês, o Carrefour não serve para comprar carne brasileira, o Carrefour brasileiro também não compre carne brasileira para colocar nas suas gôndolas aqui no Brasil", disse Fávaro, em entrevista à GloboNews.

O ministro também disse ser "inadmissível" falar sobre a qualidade sanitária das carnes brasileiras. "O Brasil tem uma das maiores sanidades de produtos

alimentícios do mundo, não dá nem para comparar com a qualidade francesa, de tão melhor que é a brasileira", pontuou Fávaro. Os produtores de frango, segundo ele, aderiram ao boicote.

De acordo com a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), a exportação da carne brasileira para a França corresponde a menos de 1% do total.

No entanto, o temor é de que a campanha do Carrefour ganhe adesão de outros países, especialmente por causa das declarações relacionadas à questão sanitária.

Retratação Já Lira cobrou uma retratação pública de Alexandre Bompard.

"Não é possível que o CEO de um grupo importante como o Carrefour não se retrate de uma declaração de praticamente não contratar as proteínas animais advindas e oriundas da América do Sul. O Brasil, como o Congresso Nacional, como os empresários e a população, tem que dar uma resposta clara", disse Lira, durante discurso na abertura do evento CNC Global Voices, promovido pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em São Paulo.

O presidente da Câmara também afirmou que vai pautar, ainda esta semana, o Projeto de Lei nº 1.406/2024, que proíbe o governo brasileiro de propor ou assinar acordo internacional com exigências que restrinjam as exportações de produtos brasileiros.

Reações No fim de semana, um conjunto de entidades representativas do agronegócio publicou uma carta aberta. O documento é assinado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e por outras 42 associações.

As entidades disseram manifestar "profundo repúdio" pelas declarações do CEO do Carrefour e afirmaram que trata-se de uma abordagem "protecionista" e incoerente com os princípios do livre mercado, da sustentabilidade e da cooperação internacional.

"A exclusão injustificada de produtos do Mercosul do mercado francês não apenas subestima a relevância de nossas exportações, mas também limita o acesso dos consumidores europeus a produtos de alta

qualidade, mais seguros e sustentáveis.

Além disso, tal atitude pode gerar **inflação** e aumentar as emissões de carbono devido ao transporte de mercadorias locais menos eficientes", diz a nota.

Em nota, o Carrefour Brasil disse que o boicote dos fornecedores impacta os clientes da rede e que está dialogando com o setor pecuarista para retomar o abastecimento das lojas "o mais rápido possível".

"Nós, do Grupo Carrefour Brasil, lamentamos profundamente a atual situação e reafirmamos nossa estima e confiança no setor agropecuário brasileiro, com o qual sempre mantivemos uma relação sólida e de parceria. Entendemos a importância deste setor para a economia e para a sociedade como um todo, e continuamos comprometidos com o fortalecimento dessa relação", diz a nota.

Segundo dados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), o Brasil já exportou 181,9 mil toneladas de carnes em 2024 e teve receita de R\$ 507,3 milhões.

Desde a publicação da carta endereçada a Arnaud Rousseau, presidente da Federação Nacional dos Sindicatos Agrícolas (Fnsa) da França em seu perfil no X (antigo Twitter), Alexandre Bompard não publicou nenhuma declaração.

A postagem foi feita em 20 de novembro. Desde a semana passada, a Fnsa tem participado de protestos de agricultores por toda a França para se posicionar contra o acordo.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6681/26-11-2024.html?all=1>

Lira e Pacheco ainda verão as medidas

» **RAPHAEL PATI** | » **RAFAELA GONÇALVES**

O pacote que prevê o corte de gastos da União no Orçamento, aguardado há mais de um mês pelo mercado, agora depende apenas dos últimos ajustes com os presidentes do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou quase o dia todo em reuniões com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e representantes de outras pastas que integram a Esplanada, para definir os últimos ajustes em relação aos textos que serão enviados ao Congresso Nacional.

Ao deixar a reunião, Haddad preferiu não adiantar valores e não confirmou se o anúncio da proposta de emenda à Constituição e do projeto de lei complementar que prevêem as medidas de contenção de gastos será realizado ainda hoje, como havia mencionado na semana passada. "Está dependendo agora do Palácio (do Planalto) entrar em contato com Senado e Câmara. Tem que ver se os presidentes estão disponíveis, mas nós já estamos preparados, já está tudo redigido.

Agora, o dia e a hora vão depender mais do Congresso do que de nós", disse o ministro, em conversa com jornalistas na sede da Fazenda, após a última reunião com Lula, na tarde de ontem.

Haddad confirmou que, até o fim desta semana, as medidas já estarão na mesa dos congressistas para serem discutidas até o fim do recesso parlamentar, que começa em 23 de dezembro. O ministro ressaltou que acredita ser possível aprovar o pacote ainda este ano. "Fechamos o entendimento dentro do governo, o presidente já decidiu as últimas pendências, devemos falar com os presidentes das casas como já tinha anunciado", reforçou Haddad.

Além do ministro da Fazenda, participaram das reuniões com Lula os representantes da Junta de Execução Orçamentária (JEO), como o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck. Durante a tarde, o presidente recebeu, no Palácio do Planalto, representantes de outras pastas, como Saúde, Educação e Defesa. A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, ficou fora das reuniões devido ao lançamento de um livro autoral, em São Paulo, e foi representada pelo secretário executivo, Gustavo Guimarães.

Uma das propostas colocadas à mesa na discussão sobre o corte orçamentário se refere às aposentadorias de militares.

Em nota obtida pelo Correio, a Marinha do Brasil adiantou que foram citadas quatro medidas de contenção de gastos nas Forças Armadas durante as reuniões, que devem ser apresentadas no texto final do PLP. Uma das proposições trata sobre o fim da chamada "morte ficta" - quando um militar é considerado morto para fins jurídicos - e extingue o direito à pensão para beneficiários declarados deste integrante.

Além disso, o texto também prevê outras medidas, como a elevação gradual da alíquota de contribuição para os Fundos de Saúde, de 1,8% para 3,5%, em 2026, e a extinção da possibilidade de reversão da pensão instituída para o cônjuge ou filhos - considerados beneficiários de primeira ordem -, após o falecimento desses, em favor de beneficiários da segunda ou da terceira ordem, como mãe, pai ou irmãos órfãos. A Marinha também cita o estabelecimento de idade mínima de 55 anos para a transferência para a reserva remunerada a pedido, no qual as forças armadas não estão sujeitas atualmente.

Bloqueio Na última sexta-feira, o governo anunciou bloqueio adicional de R\$ 6 bilhões no Orçamento de 2024. Com isso, o valor total bloqueado no ano passou de R\$ 13,3 bilhões para R\$ 19,3 bilhões.

Ontem, o Ministério do Planejamento e Orçamento divulgou, em coletiva realizada na sede da pasta, o detalhamento do 5º relatório de avaliação de receitas e despesas do governo durante o período.

Apesar de não tratar sobre as medidas em discussão com Lula, que ainda vai ser anunciado, o secretário substituto de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), Clayton Luiz Montes, destacou que o governo espera uma economia de R\$ 25,9 bilhões no projeto do Orçamento do próximo ano, que ainda tramita no Congresso Nacional. "Acreditamos que esse valor vai ser realmente alcançado e superado, haja vista as medidas robustas que estão sendo discutidas e vão ser anunciadas", disse o secretário.

Na mesma coletiva, o MPO informou que o governo decidiu incluir a Lei Aldir Blanc, de incentivo à cultura regional, na agenda de revisão de gastos. De acordo com a pasta, havia uma expectativa de que R\$ 3

bilhões fossem repassados este ano, mas, com a assinatura de uma Medida Provisória na última semana, o governo optou por cortar R\$ 1,3 bilhão em recursos previstos nesta lei para o orçamento de 2024.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6681/26-11-2024.html?all=1>

Segundo Montes, o objetivo com o corte foi a correção das contas públicas para garantir a "melhoria da qualidade do gasto público". "A medida provisória da Aldir Blanc vem para corrigir no sentido da melhoria da qualidade do gasto público. Vemos que recursos da lei já haviam sido entregues aos entes, que tiveram dificuldade na execução dos recursos entregues em 2023", disse o secretário.

Focus melhora a projeção de IPCA

Economistas do mercado financeiro reduziram suas projeções para **inflação** neste ano, após sete semanas consecutivas de altas. Segundo os dados do Boletim Focus, divulgado ontem pelo Banco Central (BC), a expectativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 4,64% para 4,63%, mas as projeções para o próximo ano acendem o sinal de alerta.

A previsão para a **inflação** de 2025 subiu de 4,12% para 4,34%. Já a projeção para 2026 passou de 3,70% para 3,78%, enquanto para 2027 foi de 3,50% para 3,51%.

O CEO da gestora Multiplike, Volnei Eyng, aponta que dados destacam um cenário econômico desafiador. "A leve queda no IPCA para 2024 perde relevância frente à alta significativa na projeção de 2025. Isso mostra um descontrole maior nas expectativas de médio prazo, o que pode pressionar a política monetária", destaca.

Câmbio x juros Outro destaque do Focus foi a estimativa do dólar para o fim deste ano, que passou de R\$ 5,60 para R\$ 5,70. A mediana das projeções para a moeda norte-americana em 2025 também subiu de R\$ 5,50 para R\$ 5,55. Para 2026, a estimativa passou de R\$ 5,47 para R\$ 5,50, enquanto a projeção para 2027 subiu de R\$ 5,45 para R\$ 5,50.

A projeção para a taxa básica de juros da economia (Selic) permaneceu estável neste ano, ficando em 11,75% para 2024. No entanto, a estimativa para 2025 passou de 12% para 12,25%, enquanto a projeção para 2026 ficou estável, em 10%, e a de 2027 subiu de 9,25% para 9,50%.

A mediana das projeções para o produto interno bruto (**PIB**) em 2024 também subiu de 3,10% para 3,17%. A previsão para 2025, por sua vez, subiu de 1,94% para 1,95%. A estimativa para 2026 continua nos mesmos 2,0%.

Fundos Soberanos e o Brasil (Artigo)

ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARÃES

Atualmente, os Fundos Soberanos no mundo inteiro, que são públicos, administram cerca de US\$ 50 trilhões, o equivalente à metade do **PIB** mundial. Esta poupança, que deverá atingir US\$ 70 trilhões em 2030, está dividida em três grandes grupos: (i) o maior deles, com US\$ 23,1 trilhões, é o dos Fundos Públicos de Pensão (FPPs); (ii) o segundo, com US\$ 15,4 trilhões, são os Bancos Centrais (BCs) e (iii) o terceiro, com US\$ 11,2 trilhões, são os Fundos Soberanos de Riqueza (FSRs).

Os maiores Fundos Soberanos, FPPs e FSRs, estão na Noruega, China, Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul, Emirados Árabes, Singapura, Arábia Saudita e Kuwait (observem a importância dos países da Ásia/Oriente Médio).

Alguns deles já investem no Brasil.

Estes fundos, num ambiente mundial mais incerto e com taxas de juros mais elevadas, estão tentando diversificar seus investimentos rumo a setores menos voláteis e cíclicos, como os ativos de infraestrutura.

Tem havido direcionamento de investimentos para a infraestrutura digital, incluindo torres de telecomunicações e data centers, transição energética, armazenamento e eficiência energética e logística de transportes (estradas, aeroportos e portos).

Num mundo cada vez mais protecionista (ainda mais agora com a eleição do Trump), é preciso aproveitar as oportunidades que estão aí. O Brasil, com sua matriz energética bastante limpa (condição indispensável para a descarbonização, produção de hidrogênio verde, etc.), geopolítica favorável, carência de infraestrutura, demanda promissora e democracia consolidada, está bem nesta foto.

Já somos um dos celeiros do mundo, pois lideramos a produção e exportação de vários alimentos. Se fizermos bem nosso dever de casa e alcançarmos o status de "Investment Grade", também poderemos ser um importante polo de atração de investimentos em infraestrutura, indústria e serviços.

ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARÃES, diretor da ABDIB e ex-secretário do Tesouro Nacional

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornalde>

brasil/edicao=18322

Republicano promete tarifas de 25% sobre México e Canadá

O presidente eleito dos EUA, Donald Trump, declarou ontem que pretende impor uma tarifa de 25% sobre produtos do México e do Canadá, além de uma tarifa de 10% sobre as importações da China, segundo ele, em resposta ao comércio ilegal de drogas e à imigração.

Em uma série de publicações na sua conta na rede social Truth Social, Trump prometeu aplicar tarifas amplas aos maiores parceiros comerciais dos EUA.

Muitos economistas alertaram que as tarifas podem prejudicar o crescimento econômico e aumentar a **inflação**, já que são pagas pelos importadores que levam os produtos para os EUA e repassam esses custos aos consumidores.

No entanto, os conselheiros de Trump defendem que as tarifas são uma ferramenta útil para os EUA pressionarem seus parceiros comerciais a aceitarem termos mais favoráveis em negociações.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Ninguém vê o governo comprometido com o fiscal"

JOSÉ FUCS

ENTREVISTA: Luiz Fernando Figueiredo, Ex-diretor de Política Monetária do Banco Central, preside o conselho de administração da JiveMauá Investments

O economista Luiz Fernando Figueiredo, ex-diretor do Banco Central e presidente do conselho de administração da JiveMauá Investments, uma empresa de gestão de recursos, não tem ilusão em relação à situação das contas públicas no governo Lula.

"As pessoas simplesmente não acreditam mais que esse governo esteja comprometido com uma política fiscal sustentável.

Não acreditam porque ele já demonstrou "n" vezes que não está", afirma.

Segundo Figueiredo, o pacote de contenção de gastos que o governo deve anunciar nestes dias poderá até impedir que haja uma piora do quadro até o fim do atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2026, mas não vai resolver o problema fiscal do País ao longo do tempo. "O mercado está tão negativo que, se o governo entregar alguma coisa razoável, vai surpreender positivamente." A seguir, os principais trechos da entrevista: Como o sr. vê a política fiscal no governo Lula?

O governo, como a gente sabe, está expandindo muito os gastos.

Isso tem uma série de consequências: no déficit público, no endividamento, nos riscos dos ativos. Agora, há outro aspecto, cujo efeito também é muito negativo, que a gente tem de levar em conta: o governo está expandindo tanto os gastos que a economia está andando mais do que poderia. Hoje, o Brasil está crescendo na faixa de 3% do **PIB** ao ano, e boa parte disso se deve à expansão dos gastos públicos. É algo que os economistas chamam de "impulso fiscal", que é um indicador que mostra o quanto essa política ajuda a economia a crescer. Em 2023, o impulso fiscal chegou a 2% do **PIB**. Neste ano, ele diminuiu um pouco, mas ainda está entre 1% e 1,5% do **PIB**, mais para 1,5% do **PIB**.

É muita coisa, considerando que o nosso crescimento

potencial, ou seja, o nível de crescimento que o País pode ter sem superaquecer a economia e gerar pressões inflacionárias, é de 2% a 2,5% do **PIB** ao ano.

O que está levando o Banco Central a dizer que essa ganância promovida pelo governo é incompatível com a política monetária?

Se o governo expande muito os gastos quando o BC está tentando breca a economia, para evitar que a atividade econômica fique superaquecida e haja um aumento da **inflação**, acontece um desequilíbrio.

É como se você estivesse num carro em que o motorista acelera e breca ao mesmo tempo.

Quando isso ocorre, há um conflito e o carro pode até capotar.

Na economia, isso significa que o breque tem de ser mais forte.

Se o governo não estivesse acelerando muito a atividade econômica, o BC poderia ser mais gentil no breque. É simples assim.

Como isso está afetando o mercado financeiro?

Esse conjunto de coisas acaba se refletindo nas expectativas, na confiança dos agentes econômicos.

O que os mercados estão nos dizendo? Os ativos brasileiros estão nos dizendo que se está praticando uma série de medidas que vão colocar o Brasil lá na frente numa situação muito pior do que a que ele está hoje. O BC ter de parar de reduzir os juros e começar a subir de novo as taxas com a **inflação** em 4,5% ao ano é uma loucura.

O governo vem prometendo um pacote de corte de gastos, que deve sair por estes dias, pelo que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, falou. Como isso deve mudar esse quadro que o sr. traçou?

Finalmente, o governo está olhando para o gasto. Está discutindo um pacote de corte de despesas que, pelo que está sendo dito, parece que será mais para bom do que para ruim. Depois, ainda vai ter de passar pelo Congresso. Dependendo do que vier, pode melhorar

um pouco as expectativas.

Mas, como até agora só veio o pior, como toda vez que houve muito gasto o governo mudou a meta (de resultado primário) e ainda tirou o excesso de gasto do arcabouço fiscal, está todo mundo querendo ver primeiro o que vai acontecer, para avaliar depois.

A rigor, decorridos quase dois anos desde a posse de Lula, o governo não cortou nada substancial nas despesas.

Isso acaba contribuindo para gerar esse tipo de incerteza em relação à política fiscal?

Com certeza. Hoje, existe uma negatividade muito grande. As pessoas simplesmente não acreditam mais que esse governo esteja comprometido com uma política fiscal sustentável ao longo do tempo. Não acreditam porque ele já demonstrou "n" vezes que não está. O mercado está tão negativo que, se o governo entregar alguma coisa razoável, vai surpreender positivamente. Vamos ver o que será anunciado, como é que será esse pacote de contenção de gastos. E vamos ver o que vai acontecer na prática, porque não adianta ficar falando, falando, falando, e depois fazer tudo diferente.

Como estará a questão fiscal no fim do governo Lula, em 2026?

Como eu falei, não acredito que esse governo vá tratar a questão fiscal do jeito que é necessário.

Eu acho que, no máximo, ele pode conter uma piora expressiva. Isso quer dizer que, quem for governar o País a partir de 2027 terá de fazer um enorme ajuste nas contas públicas para tornar a política fiscal sustentável. É como aquele médico com quem você tem de marcar uma consulta com muita antecedência. A gente já tem uma consulta marcada com o médico para 2027.

"Acho que, no máximo, (o pacote) pode conter uma piora expressiva.

Quer dizer que, quem for governar o País a partir de 2027, terá de fazer um enorme ajuste nas contas públicas para tornar a política fiscal sustentável"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Governo corta repasses de fomento ao setor cultural

THAÍS BARCELLOS *thais.barcellos@bsboglobo.com.br*
BRASÍLIA

R\$ 18,9 milhões.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O secretário de Orçamento Federal substituto, Clayton Montes, afirmou que o corte nos repasses de fomento à cultura referentes à Lei Aldir Blanc foi uma medida de revisão de gastos, em vista do baixo uso dos recursos pelos entes federativos, que ajudou a reduzir o bloqueio de despesas para cumprir as regras fiscais.

O corte de R\$ 1,3 bilhão foi definido em medida provisória na noite de sexta-feira, mesmo dia em que foi publicada a atualização do Orçamento deste ano. Agora, a lei dispõe de R\$ 3 bilhões.

No Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 59 bimestre, divulgado na sexta-feira, o governo bloqueou R\$ 6 bilhões para cumprir o limite de gastos do arcabouço fiscal devido ao aumento de despesas obrigatórios, como os benefícios previdenciários.

-Esse bloqueio de R\$ 6 bilhões foi reduzido pela publicação dessa medida provisória, que vem em linha com a qualidade do gasto público.

Segundo Montes, há dificuldade dos estados em usar recursos. Houve decisão de reduzir a transferência para este ano. Dos R\$ 3 bilhões repassados em 2023, havia saldo a realizar na faixa de R\$ 2,8 bilhões.

-Entendeu-se que os recursos da Aldir Blanc na sua totalidade, que a legislação obrigava o Poder Executivo a transferir para os entes, não estariam compatíveis com as questões fiscais. Mesmo porque estamos fazendo bloqueio em outras despesas. E uma medida de revisão de gastos - disse Montes, em entrevista coletiva sobre o relatório bimestral.

Com o novo bloqueio, o total de recursos congelados para cumprir as regras fiscais em 2024 soma R\$ 19,3 bilhões - até setembro, eram R\$ 13,3 bilhões - pouco menos de 10% do total das despesas discricionárias do Executivo.

A projeção para o déficit primário é de R\$ 28,7 bilhões, contra R\$ 28,3 bilhões até setembro. A meta é de resultado zero, com intervalo de tolerância de até 0,25% do **PIB**, ou R\$ 28,8 bilhões. Assim, o governo prevê fechar o ano com déficit próximo ao limite previsto no arcabouço fiscal. A diferença é de apenas

Após reunião com Lula, Haddad diz que corte de gastos está "pacificado"

Guilherme Pimenta, Gabriela Pereira, Fabio Murakawa e Jéssica Sant"Ana De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a reunião de segunda-feira (25) com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a respeito do pacote de corte de gastos foi "definitiva" e que o governo fechou o entendimento sobre as medidas, que foram "pacificadas" pelo chefe do Executivo.

Além de Haddad, se reuniram na segunda com o presidente os outros integrantes da Junta de Execução Orçamentária (JEO): o ministro da Casa Civil, Rui Costa, a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, e o secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães.

O futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, também participou da reunião sobre corte de gastos a pedido do presidente Lula. "Ele queria ouvir a percepção do Gabriel sobre as matérias, então o convocou para a reunião", esclareceu Haddad a jornalistas na sede da pasta.

O ministro da Fazenda não deu data sobre quando o pacote será anunciado, já que o presidente Lula quer, ainda, conversar com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Ao longo do dia, o Valor apurou que era possível que o anúncio ocorresse na quarta-feira (26).

"Está dependendo agora de o palácio entrar em contato com Senado e Câmara. Nós já estamos preparados, está tudo redigido. Estão ultimando a remessa para mandar esta semana", disse.

Na conversa com jornalistas, Haddad se limitou a dizer que medidas que atinjam militares estarão no pacote. Ele tem afirmado que as linhas gerais do plano envolveriam adequar despesas à regra do novo arcabouço fiscal, que prevê que os gastos cresçam entre 0,6% e 2,5% acima da **inflação**. Uma das ideias que circularam nos bastidores é incluir o reajuste do salário mínimo nesse limite. Hoje, o piso nacional é reajustado conforme uma regra que considera o crescimento econômico e a **inflação**.

O titular da Fazenda disse que não adiantaria nenhum

ponto "por uma questão de elegância" que Lula pediu em relação a Lira e Pacheco. Ele voltou a dizer que as medidas serão enviadas por meio de uma PEC e de um projeto de lei complementar. "A ideia é mandar o menor número de diplomas possíveis." Haddad disse que o governo pode, ainda, aproveitar textos que já estão no Congresso, ao citar o projeto que amplia o vale-gás. Questionado sobre supersalários, respondeu que essa medida "entrará por lei complementar".

O ministro ainda disse "ter esperança" de aprovar as medidas ainda este ano. "A intenção é essa pelo seguinte: há pelo menos uma PEC que deve ser votada este ano, por exemplo a da [que prorroga a Desvinculação de Receitas da União] DRU. Talvez a gente aproveite essa PEC, dependendo do julgamento dos congressistas, se concordarem", comentou o ministro.

Também ontem, o secretário de Orçamento Federal substituto, Clayton Montes, afirmou que a expectativa do governo de economizar R\$ 25,9 bilhões em 2025 com medidas de pente-fino em benefícios e programas sociais será "alcançada e superada". Esse número já consta no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

Em entrevista coletiva para detalhar o relatório de avaliação de receitas e despesas divulgado sexta-feira, ele foi questionado se o valor era factível, visto que a economia projetada para este ano com o pente-fino da Previdência passou de R\$ 9 bilhões para R\$ 5,5 bilhões no último relatório bimestral.

Segundo Montes, o pacote de revisão de gastos vai ajudar a União a alcançar a economia de R\$ 25,9 bilhões.

Ele disse que o pacote terá "ferramentas" que ajudarão no trabalho de avaliação de gastos.

Pacote terá "ferramentas" que ajudarão na avaliação de gastos Clayton Montes

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188051?page=4§ion=1>

Importações de bens e serviços puxam déficit externo no ano

Gabriel Shinohara e Alex Ribeiro De Brasília e São Paulo

A alta das importações de bens, juntamente com o déficit na conta de serviços, contribuiu para que o déficit em transações correntes alcançasse US\$ 43,6 bilhões no acumulado de janeiro a outubro. Esse valor é 130% superior aos US\$ 18,9 bilhões registrados no mesmo período do ano passado.

A explicação para a alta no déficit de serviços e para o aumento das importações é a maior demanda doméstica. Segundo o chefe do departamento de estatísticas do Banco Central (BC), Fernando Rocha, o aumento do consumo e investimento "causa uma maior demanda por bens e serviços importados".

O peso principal é o da elevação na importação de bens, que reduz o superávit comercial. O quadro da balança comercial neste ano é de manutenção das exportações em patamar historicamente alto, de US\$ 287,8 bilhões, em conjunto com a elevação das importações, que subiram de US\$ 211,1 bilhões de janeiro a outubro do ano passado, para US\$ 231 bilhões neste ano.

Assim, o superávit comercial no período caiu de US\$ 75,7 bilhões para US\$ 55,9 bilhões. "A redução do superávit comercial respondeu por cerca de 80% do aumento do déficit das transações correntes", disse Rocha.

No caso da conta de serviços, o déficit de janeiro a outubro já superou o registrado durante todo o ano passado, US\$ 40,9 bilhões ante US\$ 39,9 bilhões, respectivamente.

O registro deste ano é o maior desde 2014. Um dos principais vetores na conta de serviços são os transportes, que têm uma dinâmica muito relacionada com valor pago em fretes, que, por sua vez, é determinada pela importação e exportação de bens.

Neste caso, segundo Rocha, do BC, houve uma tendência de crescimento neste ano com o déficit acumulado de US\$ 12,1 bilhões.

Outra conta relevante é a de telecomunicação, computação e informações, que inclui serviços da economia digital, como streamings.

No ano, houve um crescimento de "quase 30%", segundo Rocha. O déficit chegou a US\$ 5,8 bilhões contra US\$ 4,5 bilhões no mesmo período de 2023.

Mesmo com esse cenário, o déficit ainda é inteiramente financiado pelo Investimento Direto no País (IDP), que registrou entrada de US\$ 66 bilhões (3% do PIB) nos 12 meses até outubro. "A gente vê ingressos de investimento direto no país em montantes bastante superiores ao déficit em transações correntes, mostrando aquela tese de que os investimentos diretos no país são a principal fonte de financiamento do déficit em transações correntes", disse Rocha.

O diretor de pesquisa econômica para América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, destacou em nota que o déficit nas contas correntes em US\$ 49,2 bilhões no acumulado de 12 meses, 2,23% do PIB, ainda é moderado, mas está se ampliando. O cenário das contas externas, segundo o analista, continua confortável, mas o sobreaquecimento da economia está começando a enfraquecer as contas correntes "na margem", ou seja, nos dados mais recentes.

Leonardo Costa, economista do ASA, prevê um déficit nas transações correntes de US\$ 60 bilhões neste ano, ou 2,3% do PIB. Para ele, a situação das contas externas é confortável. "Desde a pandemia se observou uma redução e posterior estabilidade em nível menor do IDP. Esse novo nível, mais baixo que a série histórica, ainda é bastante saudável e não indica problema relevante para o balanço de pagamentos brasileiro", disse.

Os dados de 2023 e de 2024 também foram impactados pela revisão feita pelo Banco Central neste mês. O processo faz parte da política de revisão do departamento de estatísticas e resultou na elevação do déficit de 2023, de US\$ 21,7 bilhões para US\$ 24,7 bilhões, e de 2024 - de US\$ 37,3 bilhões para US\$ 37,7 bilhões.

A revisão utilizou o Censo de Capitais Estrangeiros no País, divulgado ontem, como fonte. O mesmo censo também mostrou que o estoque de IDP no fim de 2023 chegou a US\$ 1,3 trilhão, crescimento de 24,5% em relação a 2022, quando estava em US\$ 1,05 trilhão. A evolução do estoque é influenciada não apenas pelos ingressos de IDP, mas também pela alta da bolsa

(22,3% em 2023) e queda do dólar em relação do real (8,08%).

Déficit ainda é inteiramente financiado pelo Investimento Direto no País

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188051?page=4
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188051?page=4§ion=1)**

Controle de despesas tem de ser mais radical, defendem economistas

Anaís Fernandes, João Sorima Neto* e Juliana Causin*
(*"O Globo") De São Paulo

Diante do cenário fiscal atual, da desconfiança dos agentes financeiros e econômicos e do perfil "gastador" do Estado brasileiro, o governo precisa buscar consenso e apresentar um plano de controle de despesas mais radical do que fez ao anunciar o novo arcabouço. Essa é a avaliação de economistas que participaram ontem, em São Paulo, do último evento deste ano da série "Caminhos do Brasil", iniciativa do Valor com o jornal "O Globo" e a rádio CBN.

O nível de poupança do Brasil no setor privado é mais ou menos compatível com o de seus pares, mas o Estado brasileiro é fortemente despoupador, disse Ana Paula Vescovi, economista-chefe do Santander Brasil e ex-secretária do Tesouro Nacional.

Para Mansueto Almeida, economista-chefe do BTG Pactual e também exsecretário do Tesouro Nacional, "o Brasil é um país viciado em gasto público".

De 1995, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, até 2015, primeiro ano do segundo mandato de Dilma Rousseff, o crescimento médio real do gasto público federal sem incluir juros (isto é, o gasto não financeiro) foi de 6% ao ano, observou Mansueto. É por isso que, quando o governo atual anunciou a nova regra fiscal e disse que o gasto iria crescer, no máximo, 2,5%, o mercado se animou, disse Mansueto. "Se o governo coloca 2,5% de teto, a dívida vai crescer, mas não vai ser explosiva." Ao longo dos meses, no entanto, analistas começaram a ver o orçamento e a identificar que as despesas obrigatórias estavam crescendo muito acima disso, continuou Mansueto. "Agora, questionam-se: pera aí, esses 2,5% são para valer?" Como o crescimento da dívida acelerou, disse, hoje, aquele plano do ano passado já não traz tanto otimismo como trouxe. "O governo teria de mostrar algo mais radical de controle de despesas para o mercado se animar." Como o problema básico do Brasil são as despesas elevadas, rígidas e que crescem a taxas muito altas, qualquer medida no sentido de engessar e indexar mais o Orçamento seria ruim, disse Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos e ex-secretário de Desenvolvimento da Indústria e Comércio.

Segundo ele, importa menos se o pacote a ser

anunciado pelo governo vai permitir uma economia de R\$ 20 bilhões, R\$ 25 bilhões ou R\$ 30 bilhões no ano que vem e mais se as regras para gastos obrigatórios serão ajustadas. "Nos últimos três anos, essas regras pioraram, nosso orçamento se tornou mais indexado", disse.

Por isso, mudanças na indexação de despesas obrigatórias ao salário mínimo ou na própria regra de reajuste do mínimo seriam bem-vindas, de acordo com Megale.

As despesas, considerando também aquelas fora da regra de crescimento atual, devem subir em torno de 3% e, até o fim do governo corrente, a dívida pública deve se elevar em 12 a 13 pontos do PIB, ainda que o governo cumpra o arcabouço fiscal, observou Megale. "Em algum momento ou a carga tributária vai ter de subir muito, e ela já é muito alta, ou a **inflação** vai ter de subir para fazer esse ajuste." Ao comentar as surpresas recorrentes para cima com o crescimento do Brasil, Megale citou uma "turbina de políticas públicas" e, em certo sentido, até privadas, como o mercado de crédito. A expectativa, disse Megale, era que, em termos de gastos públicos, 2023 seria um "liberou geral", diante da "PEC da Transição", mas 2024 seria um período de ajustes.

"Não foi o que aconteceu neste ano." "A gente acelerou esse processo todo e, agora, o ajuste que precisa ser feito para 2025 vai ser maior ainda. O trem, que estava precisando de uma freada no ano passado, agora está meio saindo do trilho.

Precisa votar no trilho de novo", afirmou.

Megale disse acreditar que as despesas públicas vão crescer menos no ano que vem, de modo que o chamado impulso fiscal será "algo menor". "Tudo leva a crer que agora a gente vai fazer os ajustes. Porque, se não fez no primeiro e no segundo ano [de mandato] e se não fizer no terceiro, ninguém acha que vai fazer no ano de eleição." Se a sociedade brasileira não conseguir chegar a um consenso de que é preciso ser mais duro com o crescimento do gasto público, Mansueto disse não ter dúvida de que será preciso aumentar a carga tributária.

"As pessoas não entendem normalmente a profundidade do debate sobre gasto público, muito

menos um trabalhador que pega um ônibus para ir ao trabalho às 5h. Cabe ao Executivo e ao governo serem muito claros em mostrar a necessidade de controlar o crescimento de gastos e aí, sim, convencer o Congresso de aprovar as reformas necessárias", afirmou.

A série "Caminhos do Brasil" conta com patrocínio do Sistema Comércio, por meio da CNC, do Sesc, do Senac e de suas federações. Esta edição integrou a programação do CNC Global Voices.

"Tudo leva a crer que agora a gente vai fazer os ajustes" Mansueto Almeida

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188051?page=4
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188051?page=4§ion=1)**

Tesouro Direto tem resgate histórico de R\$ 6,2bi

Estevão Taiar, Eulina Oliveira e Rita Azevedo
(Colaborou Adriana Cotias)

O Tesouro Direto registrou em setembro o maior resgate da série histórica, de R\$ 6,19 bilhões. As aplicações somaram R\$ 6,77 bilhões nesse intervalo, com a captação líquida em R\$ 582 milhões.

As retiradas foram estimuladas pelo vencimento de R\$ 3,5 bilhões em Letras Financeiras do Tesouro (LFT, ou Tesouro Selic), que acomodam as reservas de emergência do brasileiro, porque a remuneração anda colada com a Selic.

Apesar de o Tesouro ter vendido quase R\$ 3,9 bilhões, suficientes para repor o estoque de LFT que venceu, houve R\$ 1,7 bilhão em recompras, ou seja, a liquidez que o Tesouro proporcionou para quem precisava do dinheiro. O saldo entre compras e resgates foi negativo em R\$ 1,4 bilhão. O fluxo coincide com um momento de aumento da **inflação**, que compromete a renda da população, e de alta de juros, que afeta a capacidade de famílias endividadas, diz um gestor.

O estoque do programa fechou setembro com R\$ 143,1 bilhões, uma alta de 1,1% em relação ao mês anterior. Os dados foram divulgados ontem pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

As aplicações de até R\$ 1 mil representaram 55,7% do total no mês, enquanto o valor médio das operações foi de R\$ 8,333 mil.

Em relação ao prazo, foram vendidos principalmente títulos com vencimento entre um e cinco anos (79,1% do total) e acima de dez anos (14%), seguidos por aqueles com vencimento entre cinco e dez anos (6,9%).

Os títulos com maior demanda foram os indexados à Selic, somando 57,1% do total. Na sequência, vieram os papéis indexados à **inflação** (33,8%) e os prefixados (9,1%).

Uma novidade que pode fomentar o programa é que os títulos públicos negociados no Tesouro Direto poderão ser dados como garantia em empréstimos e até em contratos de aluguel. A opção, que levou quase dois anos para sair do papel, será permitida por meio

de um novo serviço da B3, a operadora da bolsa de valores, em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e o Banco Central (BC).

A ideia é que esses títulos sejam utilizados como uma alternativa aos instrumentos de garantia mais comuns atualmente, como caução ou fiador, e ao seguro fiança locatícia.

Segundo o Tesouro, as aplicações nos títulos públicos devem ajudar o investidor a melhorar sua capacidade de acesso ao crédito, enquanto mantém sua rentabilidade ao longo do tempo. A medida vai permitir também condições de crédito mais adequadas para os investidores e para as instituições financeiras.

"Já temos iniciativas no mercado imobiliário e esperamos outras aplicabilidades nos próximos meses. Não há limites para o número de operações do mercado que podem ser impactadas, reduzindo os custos", disse o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, em **comunicado**.

Os ônus e gravames dos títulos dados em garantia serão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), o que viabiliza a emissão de certidão pelo BC. Em nota, a autoridade monetária explica que é possível obter a emissão gratuita de certidões referentes aos ônus e gravames, por meio da página do BC na internet, no link Gravames.

No evento de lançamento, foi anunciado o primeiro uso do TD Garantia, como é chamado o produto, com a Loft e a corretora Warren. Com a parceria, o investidor poderá usar títulos do Tesouro Direto custodiados na Warren como caução em contratos de aluguel intermediados pela Loft.

No entendimento da B3, o TD Garantia atrai o ecossistema do mercado imobiliário para o Tesouro Direto: o inquilino, o locatário e os corretores de imóveis, administradoras e instituições financeiras.

Marcelo Tapai, advogado especialista em direito imobiliário e sócio do Tapai Advogados, diz que a ideia parece boa para todas as partes, mas entende que é preciso ficar mais claro se haverá um limite para essa garantia. A caução em dinheiro, corrigida pela poupança e que está prevista na Lei de locação, é limitada a até o valor de três aluguéis e, por isso, é

uma garantia ruim para o locador.

"Para que seja efetiva e traga tranquilidade para o locador, não pode ser limitada a um patamar tão baixo. Quando alguém deixa de pagar aluguéis e o proprietário precisa ingressar com uma ação judicial para cobrança, normalmente se passam muitos meses até que o processo termine. Limitar a garantia a três meses de locação muito provavelmente não trará eficácia e os proprietários continuarão a exigir outros tipos de garantia diferentes da caução." Questionada, a B3 disse que não haverá limitação de valor, com o instrumento podendo ser utilizado para garantias baixas e elevadas.

Uma garantia não poderá ser usada para mais de um contrato.

O TD Garantia é uma das inovações do programa na série recente de inovações, como a que prevê a possibilidade de investir com valores abaixo de R\$ 30. Além disso, a bolsa planeja para o fim do ano o Gift Card B3, por meio do qual os investidores poderão presentear outras pessoas com títulos públicos.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188051>

Mercado vê dólar em R\$ 5,70 no fim de ano - GPS DA ECONOMIA

GPS DA ECONOMIA

Na semana de anúncio do pacote de corte de gastos, o Relatório Focus apresentado pelo Banco Central (BC) não indica redução significativa do dólar até o final do ano. Ao contrário, o "consenso do mercado" elevou as projeções do câmbio no final do ano. Até a semana anterior estava em R\$ 5,60, agora saltou para R\$ 5,70.

Não por acaso, é o nível (alto) em que a moeda americana se estabilizou nas semanas anteriores. Na anterior, com o acréscimo da incerteza sobre a guerra no Oriente Médio, a cotação escalou para o patamar de R\$ 5,80. A espera do pacote, a moeda oscilou 0,14% para baixo ontem, e seguiu em R\$ 5,806. E o sinal negativo veio mais de fora - a moeda americana perdeu valor ante várias outras com o secretário do Tesouro indicado por Donald Trump. Foi uma reação esperançosa: a escolha de Scott Bessent representaria menor risco de "tarifaço". Será?

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o pacote estaria pronto para ser anunciado na segunda, mas por decisão presidencial ou da comunicação, poderia ficar para terça. A reunião de fechamento do pacote foi longa: o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou, além de Haddad, o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, e a ministra da Gestão, Esther Dweck. Como Simone Tebet tinha um compromisso pessoal, o Planejamento foi representado pelo secretário-executivo, Gustavo Guimarães.

E claro que, se o pacote for consistente, dá tempo de mudar as projeções. Mas um salto desse tamanho pode embutir baixa expectativa. Dentro do governo já existe a avaliação de que o anúncio perdeu momento, e efeitos positivos na economia vão demorar a aparecer. A demora já contratou juro mais alto em 2025. _

LETRINHA Banqueiros reunidos em evento da Confederação Nacional do Comércio ontem mandaram vários recados aos embrulhadores de pacote. Primeiro, precisa ir além do pente-fino, depois, que seja crível e factível E que não permita que alguma despesa suba mais do que permite a regra geral do novo marco fiscal, de 2,5% ao ano. E que permita credibilidade.

Atual presidente do Uruguai, Luis Lacalle Pou nem esperou a vitória oficial do oponente para se oferecer a começar a transição quando Yamandú Orsi quiser. O eleito avisou que vai consultara oposição. Que exemplo de democracia.

Tesouro no aluguel Desde ontem, locatários das 8 mil imobiliárias parceiras da Loft - Auxiliadora, Foxter e Guarida, por exemplo - podem usar recursos aplicados no Tesouro Direto como seguro de contratos de aluguel.

O mecanismo Loft/Garantia Investe é resultado de parceria entre bolsa de valores (B3), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Banco Central (BC). O TD Garantia permite uso de títulos públicos federais como garantia de crédito.

Os dois instrumentos mais comuns são seguro por poupança ou fiança. Segundo o diretor de políticas públicas e compliance da Loft, João Melhado, o Garantia Investe dá maior rentabilidade -100% do CDI - e segurança - a B3 registra e trava os recursos vinculados ao contrato de locação, com certificação do BC.

Só pode haver saque em três ocasiões: ao final do contrato, se o inquilino deixar o imóvel ou para quitar pendências com o proprietário em caso de inadimplência. _

Crise das carnes assombra Carrefour

As ações do Carrefour oscilaram no Brasil ontem com a crise provocada pelo CEO da rede francesa, Alexandre Bompard, que decidiu parar de comprar carne do Mercosul para vender na França.

Bompard mencionou "risco de inundação do mercado francês com carne que não atende às suas exigências e normas". Os frigoríficos pararam de vender e estabelecimentos comerciais pararam de comprar das marcas da rede no Brasil. Exigem retratação e cancelamento da decisão. O risco assumido pelo CEO é imenso. _

Ex-pupilo de Soros escolhido por Trump

O favorito era um nome mais ortodoxo na poderosa

Secretaria do Tesouro (equivalente ao Ministério da Fazenda), mas Donald Trump surpreendeu. Optou por Scott Bessent, fora das apostas majoritárias e ex-pupilo de... George Soros.

Quem ama Trump odeia com igual intensidade o bilionário de origem húngara. Bessent já atuava na Soros Fund Management e ajudou o chefe a apostar" contra a libra esterlina em 1992, ganhando mais de US\$ 1 bilhão.

Em 2015, levantou US\$ 4,5 bilhões, dos quais US\$ 2 bilhões de Soros, para criar a Key Square Group, de fundos de hedge. Se for aprovado pelo Senado, será o primeiro secretário do Tesouro abertamente gay. Aos 62 anos, mora na Carolina do Sul com seu marido, John Freeman, e dois filhos. Com forte foco fiscal, vai comandar uma economia com dívida de US\$ 36 trilhões, 122% do **PIB**. _

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20241126&edicao=30574>

Contas externas têm saldo negativo de US\$ 5,8 bi em outubro

As contas externas do Brasil apresentaram saldo negativo de US\$ 5,88 bilhões em outubro de 2024, segundo as estatísticas do setor externo divulgadas ontem pelo Banco Central (BC). Em outubro de 2023, o resultado apresentado foi superavitário, em US\$ 451 milhões.

Tendo como base a comparação interanual, em termos de comércio - exportação e importação - o resultado apresentado foi queda de US\$ 5,1 bilhões do superávit. Com isso, a balança comercial ficou superavitária em US\$ 3,44 bilhões.

Do ponto de vista da renda primária (pagamento de juros, lucros e dividendos de empresas), observou-se aumento de US\$ 1,1 bilhão do déficit, totalizando saldo negativo de US\$ 5,757 bilhões.

No caso das contas de serviços e de renda secundária (gerada em uma economia e distribuída para outra, como doações e remessas de dólares, sem contrapartida de serviços ou bens), elas apresentaram déficit de US\$ 3,9 bilhões e superávit de US\$ 330 milhões, respectivamente.

De acordo com a autoridade monetária, os patamares são "semelhantes aos de outubro de 2023".

O BC informou que o déficit em transações correntes nos 12 meses encerrados em outubro de 2024 somou US\$ 49,2 bilhões (2,23% do PIB), ante US\$ 42,8 bilhões (1,94% do PIB) no mês anterior e US\$ 26,3 bilhões (1,24% do PIB) em outubro de 2023.

A balança comercial de bens foi superavitária, em US\$ 3,4 bilhões no mês de outubro de 2024. No mesmo mês de 2023, o saldo foi também positivo, mas de US\$ 8,6 bilhões.

No caso das exportações de bens, ficou totalizada em US\$ 29,6 bilhões - resultado que representa queda de 0,6%. As importações de bens totalizaram US\$ 26,2 bilhões (aumento de 23,5%). A conta de serviços totalizou um déficit de US\$ 3,9 bilhões em outubro de 2024, resultado também bastante próximo ao obtido em outubro do ano passado.

Vale lembrar que situações de déficit podem resultar de uma economia aquecida, a ponto de se buscar produtos e serviços no exterior - o que movimenta

também internamente a economia.

De acordo com as estatísticas do setor externo, os investimentos diretos no país (IDP) apresentaram um total de US\$ 5,7 bilhões em ingressos líquidos em outubro deste ano. Em outubro de 2023, o IDP estava em US\$ 3,1 bilhões.

"No mês, houve ingressos líquidos de US\$ 6,8 bilhões em participação no capital e saída líquida de US\$ 1 bilhão em operações intercompanhia", detalha o BC. Segundo a entidade, o IDP acumulado em 12 meses totalizou US\$ 66 bilhões (3,00% do PIB) em outubro de 2024, ante US\$ 63,4 bilhões (2,87% do PIB) no mês anterior; e US\$ 63,8 bilhões (3,01% do PIB) em outubro de 2023", detalhou a autoridade monetária.

O Brasil reduziu em US\$ 5,9 bilhões suas reservas internacionais, na comparação entre outubro de 2023 e outubro de 2024, ficando em US\$ 366,1 bilhões.

Segundo o BC, as variações por preço e por paridades contribuíram para reduzir o estoque de reservas em US\$ 4,3 bilhões e US\$ 1,8 bilhão, respectivamente.

"Por outro lado, a receita de juros contribuiu para elevar o estoque em US\$ 767 milhões", complementou.

REVISÃO OBC revisou o déficit em transações correntes acumulado entre janeiro e setembro de 2024, passando de US\$ 37,3 bilhões para US\$ 37,7 bilhões. Essa elevação de US\$ 400 milhões decorre da atualização dos valores referentes à balança comercial de bens, recolhidos pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

Foram também revisados os ingressos líquidos de IDP, de US\$ 56,4 bilhões para US\$ 55,6 bilhões. Por fim, houve também revisão dos créditos comerciais ativos, de US\$ 6 bilhões para US\$ 2,1 bilhões. Essa alteração se deve à incorporação de dados de operações liquidadas no exterior.

Site:

<https://correiodigital.rac.com.br/jornal.php?0cc175b9c0f1b6a8=926>

Brasil tem saldo negativo de US\$ 56,2 bi em 10 meses

(Nathalia Garcia/Folhapress)

O Brasil registrou saída recorde de dólares pela via financeira entre janeiro e outubro e totalizou um saldo líquido negativo de US\$ 56,21 bilhões no acumulado do ano, segundo dados do Banco Central (BC) divulgados ontem.

Esse foi o pior desempenho do fluxo financeiro no período desde o início da série histórica do BC, iniciada em 1982. A cifra já supera o resultado da conta financeira do câmbio contratado em 2020, ano marcado pelos efeitos da pandemia da Covid-19, quando houve saldo negativo de US\$ 55,36 bilhões no mesmo intervalo.

O fluxo financeiro está relacionado à entrada e saída de dólares no mercado de capitais, com operações referentes a, por exemplo, investimentos em títulos, remessas de lucros e dividendos no exterior e investimentos estrangeiros diretos.

De acordo com o chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha, a redução nos ingressos de capitais estrangeiros pelo mercado de câmbio doméstico é o fator principal que puxa o aumento das saídas líquidas de dólar do País pela conta financeira.

"Nós tivemos, no caso dos capitais estrangeiros, que são aqueles capitais de investimento direto, ações, renda fixa, empréstimos e outros, uma redução maior. Eles somaram R\$ 54,8 bilhões de janeiro a outubro do ano passado e agora foram R\$ 31 bilhões nesse ano, ou seja, houve um ingresso líquido menor", disse.

"A gente tem tido, no caso do portfólio, saídas líquidas em ações que diminuem o total investido no país e contribuem para diminuir o total desses fluxos também", acrescentou.

Considerando o envio sazonal de recursos para o exterior nos últimos meses do ano, sobretudo no mês de dezembro, a tendência é que, em 2024, o fluxo financeiro registre a maior saída de dólares da história. Em 2019, a fuga foi de US\$ 65,8 bilhões.

Segundo Rocha, as contas no balanço de pagamentos mostram que as subsidiárias remetem lucros às matrizes no exterior em maior quantidade nessa época

do ano.

"Mas também existem remessas maiores em outras rubricas do balanço de pagamentos que acontecem no mês de dezembro e a gente vê esse reflexo no mercado de câmbio, pagamentos de dívidas e outros que têm uma sazonalidade em dezembro", acrescenta.

Ele projeta que essa tendência volte a se repetir. "A gente viu isso em dezembro ao longo dos últimos vários anos. Então se deve esperar que aconteça isso também em dezembro deste ano", diz.

Apesar da saída expressiva de dólares da conta financeira, o fluxo cambial segue positivo no acumulado de janeiro a outubro pela entrada superior de recursos pela via comercial. No mês passado, a balança comercial de bens registrou superávit de US\$ 3,4 bilhões.

Transações correntes - Dados do BC também mostraram que o Brasil apresentou um déficit em transações correntes do balanço de pagamentos de US\$ 5,88 bilhões em outubro, contra um superávit de US\$ 451 milhões no mesmo mês de 2023.

De acordo com o chefe do departamento de Estatísticas, mais de 80% desse resultado deve-se à redução no superávit comercial de bens. Ele afirma que, enquanto as exportações mostraram estabilidade em um patamar bastante elevado (o valor exportado chegou a US\$ 286,9 bilhões no acumulado de janeiro a outubro e bateu o recorde da série), as importações têm aumentado.

"Nós estamos com fluxos na balança comercial, tanto de exportações como de importações elevados, aumentando a corrente de comércio do país, o que pode ser interpretado como uma coisa positiva, mas uma dinâmica maior nas importações, que reduz o superávit comercial e tem a ver com o próprio dinamismo interno da economia brasileira", afirma Rocha.

Os investimentos diretos no país alcançaram US\$ 5,7 bilhões em outubro, acima dos US\$ 3,1 bilhões na comparação interanual, conforme dados do BC.

A autoridade monetária também revisou o resultado das contas externas. Para 2023, o déficit em

transações correntes subiu de US\$ 21,7 bilhões (1% do **PIB**) para US\$ 24,5 bilhões (1,13% do **PIB**). De acordo com o BC, essa revisão decorreu principalmente da variação na renda primária, cujo déficit saltou de US\$ 76,5 bilhões para US\$ 79,5 bilhões.

Já no acumulado de janeiro a setembro deste ano, o déficit foi revisado de US\$ 37,3 bilhões para US\$37,7 bilhões, decorrente da atualização dos valores referentes à balança comercial de bens, compilados pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

"Nós tivemos, no caso dos capitais estrangeiros, uma redução maior. Eles somaram R\$ 54,8 bilhões de janeiro a outubro do ano passado e agora foram R\$ 31 bilhões nesse ano" Fernando Rocha

Site:

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-26-11-2024/>

Mercado eleva a projeção da Selic para 12,25% no fim de 2025

Analistas consultados pelo Banco Central subiram novamente sua projeção para o nível da Selic no próximo ano, em meio a uma expectativa também mais alta para o avanço do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2025, de acordo com a pesquisa Focus divulgada ontem.

O levantamento, que capta a percepção do mercado para indicadores econômicos, mostrou que a mediana das expectativas para a taxa básica de juros ao fim do próximo ano agora é de 12,25%, de 12,00% na semana anterior.

Para 2024, a projeção para a Selic, atualmente em 11,25%, manteve-se em 11,75% pela oitava semana consecutiva. O BC volta a se reunir em dezembro para a última decisão de política monetária do ano.

Neste mês, o Copom decidiu acelerar o ritmo de aperto nos juros ao elevar a taxa Selic em 0,50 ponto percentual, em decisão unânime de sua diretoria, que não indicou os próximos passos da política monetária.

A pesquisa semanal com uma centena de economistas mostrou ainda um aumento sólido na projeção para o IPCA no próximo ano, agora com alta de 4,34% - próximo do teto da meta perseguida pelo BC -, ante 4,12% há uma semana. Em 2024, o avanço do índice deve chegar a 4,63%, ligeiramente abaixo dos 4,64% projetados anteriormente.

As contas para 2026 e 2027 também mostraram alta, com a **inflação** calculada respectivamente em 3,78% e 3,51%, de 3,70% e 3,50% na semana anterior.

O centro da meta oficial para a **inflação** é de 3,00%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

As alterações nas projeções para a Selic e para a **inflação** ocorrem na esteira da piora das previsões do próprio governo para a alta dos preços, elevando os temores dos agentes financeiros de um cenário de descontrole inflacionário.

No último dia 18, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda apontou uma deterioração em sua visão para a **inflação**, com a projeção para o IPCA indo a 4,40% em 2024, ante previsão de 4,25% feita em setembro, enquanto o

índice para 2025 foi ajustado de 3,4% para 3,6%.

Aceleração de preços - A secretaria apontou para a "aceleração significativa" nos preços de carnes, de leite e derivados e do café e para o aumento nas tarifas de energia elétrica, que levaram o IPCA a acumular alta de 4,76% nos 12 meses até outubro, mas disse que os preços devem voltar a desacelerar até o fim do ano.

O mercado também vem demonstrando desânimo com a economia brasileira em meio à demora do anúncio de medidas de contenção de gastos pelo governo, que busca garantir a sustentação do arcabouço fiscal no longo prazo. A expectativa é que a divulgação do pacote possa ocorrer nesta semana.

No Focus divulgada ontem, houve ainda novo aumento na expectativa para a cotação do dólar em 2024, agora em R\$ 5,70, contra R\$ 5,60 na semana anterior. No próximo ano, a moeda norte-americana deve atingir R\$ 5,55, segundo os analistas, ante R\$ 5,50 há uma semana.

Sobre o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro, a previsão é de que a economia do País cresça 3,17% neste ano, acima da expectativa de 3,10% da semana anterior. Em 2025, a projeção é de que a expansão seja de 1,95%, um aumento ligeiro sobre a alta de 1,94% da pesquisa anterior

"Os analistas participantes da pesquisa do BC revisaram para cima a expectativa da cotação do dólar no fechamento deste ano para R\$ 5,70"

Site:

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impresso/edic-ao-de-26-11-2024/>

Inflação menor

As expectativas do mercado financeiro relacionadas à **inflação** estão mais otimistas do que há uma semana. De acordo com o Boletim Focus divulgado nesta segunda-feira (25), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) -considerado a **inflação** oficial do país - deve fechar o ano em 4,63%. Na semana passada, o mercado projetava uma **inflação** de 4,64% em 2024. Há quatro semanas, era esperada uma **inflação** de 4,55%. Divulgado semanalmente pelo Banco Central, o Boletim Focus projeta um IPCA de 4,34% em 2025; e de 3,78% em 2026.

A estimativa para 2024 está acima do teto da meta de **inflação** que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%. A partir de 2025, entrará em vigor o sistema de meta con-

tínua e, assim, o CMN não precisará mais definir uma meta de **inflação** a cada ano. O colegiado fixou o centro da meta contínua em 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Selic

Para cumprir a meta de **inflação**, o Banco Central adota como principal instrumento a taxa básica de juros (Selic), definida, pelo Comitê de Política Monetária (Copom), em 11,25%. O boletim mantém há 8 semanas a expectativa de que a Selic chegue a 11,75% ao final do ano.

Entre os fatores considerados pelo Copom para a definição da Selic está a alta do dólar, que vem sendo observada nas últimas semanas; e o contexto internacional, que também registra alta inflacionária. Diante desse cenário, o mercado projeta, pela sexta semana consecutiva, uma tendência de alta da moeda norte-americana. A expectativa é de que o dólar feche 2024 cotado a R\$5,70.

Site: <https://diariodigital.verdesmares.com.br/assinante>

Mercado reduz para 4,63% expectativa de inflação

As expectativas do mercado financeiro relacionadas à **inflação** estão mais otimistas do que há uma semana. De acordo com o Boletim Focus divulgado nesta segunda-feira (25), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a **inflação** oficial do país - deve fechar o ano em 4,63%. Na semana passada, o mercado projetava uma **inflação** de 4,64% em 2024.

Há quatro semanas, era esperada uma **inflação** de 4,55%.

Divulgado semanalmente pelo Banco Central, o Boletim Focus projeta um IPCA de 4,34% em 2025; e de 3,78% em 2026.

A estimativa para 2024 está acima do teto da meta de **inflação** que deve ser perseguida pelo BC.

Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

A partir de 2025, entrará em vigor o sistema de meta contínua e, assim, o CMN não precisará mais definir uma meta de **inflação** a cada ano. O colegiado fixou o centro da meta contínua em 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Para cumprir a meta de **inflação**, o Banco Central adota como principal instrumento a taxa básica de juros (Selic), definida, pelo Comitê de Política Monetária (Copom), em 11,25%. O boletim mantém há 8 semanas a expectativa de que a Selic chegue a 11,75% ao final do ano.

Entre os fatores considerados pelo Copom para a definição da Selic está a alta do dólar, que vem sendo observada nas últimas semanas; e o contexto internacional, que também registra alta inflacionária.

Diante desse cenário, o mercado projeta, pela sexta semana consecutiva, uma tendência de alta da moeda norte-americana.

A expectativa é de que o dólar feche 2024 cotado a R\$5,70. Há uma semana a previsão era de que, ao

final de 2024, o dólar estaria cotado a R\$ 5,60. Há quatro semanas, a expectativa do mercado financeiro estava em R\$ 5,45.

Para os anos subsequentes (2025 e 2026), o mercado projeta cotações de R\$ 5,55 e R\$ 5,50, respectivamente.

Com relação ao Produto Interno Bruto (**PIB** - a soma dos bens e serviços produzidos no país), o mercado se mostra mais otimista do que há uma semana, com uma expectativa de crescimento que passou de 3,10%, observada na semana passada, para 3,17%, segundo o boletim divulgado nesta segunda-feira.

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6390>